

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

LAURA GERTZ

**PROTAGONISTAS DO CÓDIGO FLORESTAL:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA
DE ZERO HORA**

**Porto Alegre
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

LAURA GERTZ

**PROTAGONISTAS DO CÓDIGO FLORESTAL:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA
DE ZERO HORA**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Ilza Maria Tourinho Girardi

Co-orientadora: Me. Claudia Moraes

**Porto Alegre
2012**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por apoiar os meus estudos e meus familiares e amigos por acompanhar e partilhar deste caminho.

Agradeço à Prof^a Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi pela orientação e amizade oferecida durante a iniciação científica e a produção deste trabalho. Agradeço também à minha co-orientadora Me. Claudia Moraes pela atenção e os apontamentos valiosos.

Agradeço à Prof^a Me. Rosa Nívea Pedroso e ao Prof. Dr. Reges Schwaab por dedicarem seu tempo e participarem da banca.

Muito obrigada!

“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seus sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis. É nesse espaço que pretende trabalhar a AD” Michel Pêcheux (1990, p.53)

RESUMO

Analisa o discurso jornalístico do jornal *Zero Hora* sobre o Código Florestal pela metodologia da Análise de discurso. Observa as denominações utilizadas pelo jornal para referir-se aos grupos de atores envolvidos na questão e os processos discursivos de referencialidade. Identifica as formações discursivas à que estas denominações fazem referência. Observa como estas formações discursivas se relacionam no discurso para identificar a formação discursiva dominante. Conclui ao identificar a formação ideológica que norteia a construção do discurso jornalístico de Zero Hora sobre o Código Florestal.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Código Florestal. Análise de Discurso. Zero Hora.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Denominações para grupos ligados ao campo	33
Tabela 2: Tabela de títulos	54

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	11
2.1	TEORIAS DO JORNALISMO	11
2.1.1.	JORNALISMO CONSTRUINDO REALIDADE.....	11
2.1.2.	FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO.....	12
2.2	ANÁLISE DO DISCURSO.....	15
2.2.1.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.2.2.	PRODUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDOS.....	18
2.2.3.	DISCURSO JORNALÍSTICO	20
2.2.4.	DENOMINAÇÕES	24
3.	METODOLOGIA.....	28
3.1	DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO	28
3.2	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	29
4.	ANÁLISE	31
4.1	REFERENCIALIDADE DE PRODUTOR RURAL	32
4.2	REFERENCIALIDADE DE DESMATADOR	36
4.3	MOVIMENTO DE SIGNIFICAÇÃO DE PROTAGONISTAS DO CAMPO	37
4.4	O DISCURSO SOBRE O OUTRO.....	42
4.5	PROTAGONISMO RURAL.....	51
4.6	O DISCURSO JORNALÍSTICO DE ZERO HORA	53
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Após a realização de grandes eventos internacionais, como as COP - Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – e em especial, no Brasil, a Rio 92, muito vem se discutindo sobre as questões ambientais. A movimentação política em torno de soluções para a chamada crise climática tem colocado na pauta da mídia os apontamentos alarmantes de cientistas, por muitos anos ignorados, e as reivindicações de ativistas ambientais. Esta atenção política dada à questão e seu conseqüente reflexo sobre a mídia promoveu um processo interessante, a necessidade, por parte da mídia, de lidar com conceitos, ideias e termos que lhe eram estranhos. A mídia viu-se diante da inevitabilidade de dar maior espaço em seu universo de vozes a um discurso até então marginal, o discurso ambientalista. A forma como este discurso foi apropriado, entretanto, é objeto para análise e questionamento.

Na mídia brasileira, especificamente no jornalismo, a questão ambiental é abordada de forma reduzida, limitando-se, por vezes, à cobertura de eventos, como os já citados, e em especial no relato de ‘catástrofes ambientais’. Na ocasião destes, as palavras meio ambiente enchem as páginas de jornal e especialistas são convidados a dar o seu parecer, sendo este um espaço para vozes de cunho científico, do ativismo ambiental, e da sociedade civil. Desta forma dramática e alarmante a população entrou em contato com questões como aquecimento global, créditos de carbono, e crescimento sustentável. Através da mídia, termos de cunho científico e processos complicados foram traduzidos para linguagem acessível ao público geral. A população tornou-se ciente de questões ambientais e criou-se um imaginário acerca destas. O discurso sobre o meio ambiente foi construído socialmente e nas páginas de jornal.

Ao ingressar, como bolsista de iniciação científica, no projeto de pesquisa coordenado pela professora Ilza Girardi, entrei em contato com conceitos e teorias que aguçaram meu senso crítico e de observação. Durante o projeto pesquisamos a construção do discurso sobre sustentabilidade na mídia, utilizando a Análise de Discurso de linha pecheuxtiana. Neste momento tomei ciência das possibilidades que esta ferramenta proporciona e pude ver com outros olhos a questão que me inquietava - a cobertura sobre o novo Código Florestal.

A questão que motiva a produção deste trabalho é pensar de que forma o jornal – espaço de construção de significado – aborda uma questão polêmica, que não é objeto de consenso e implica a convivência de discursos conflitantes e contraditórios. Este embate apresenta-se de forma concisa na cobertura do evento político criado em torno da votação pela mudança no Código Florestal, que será, então, objeto deste estudo.

A polêmica em torno de possíveis alterações no Código Florestal, datado de 1965, tem mobilizado vários segmentos da sociedade. Grupos de diversas configurações buscam espaço na mídia para fazer ouvir seus pontos de vista e defender seus interesses. Este debate estende-se, com intervalos variáveis, desde 1999, quando foi proposto projeto de lei que altera o código vigente, mas a questão despertou meu interesse mais recentemente, no ano de 2010, com o ingresso no projeto de iniciação científica.

A presença de diversas formações discursivas em um texto é natural e passível de verificação. Em tratando-se de uma questão polêmica, que envolva ideias conflitantes, estas formações discursivas tornam-se mais evidentes e previstas. Ao acompanhar a cobertura sobre o Código Florestal no jornal *Zero Hora*, uma primeira leitura despertou em mim um certo estranhamento. Havia espaço, ali, para diversos argumentos, muito bem explicados em textos e infográficos, porém algo chamava a atenção. Quem são os grupos envolvidos na questão, quais atores sociais estão ali representados e, o principal, como o são?

O jornal *Zero Hora*, um dos veículos de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul, abordou de forma extensa a questão do novo código. Através de sua cobertura foi possível informar-se sobre as movimentações políticas entre as casas parlamentares, os protestos de diversos grupos, as questões envolvidas nas votações e de que forma as possíveis mudanças no código afetariam a população. Ao início da cobertura buscou esclarecer aos leigos quais interesses estão envolvidos e quais os grupos de pressão que lutam por seus interesses. Buscou, também, esclarecer que a temática é de relevância para toda a população, pois esta é inevitavelmente afetada pelas resoluções envolvendo a produção rural e a proteção ambiental. Para referir-se aos atores envolvidos, o jornal os definiu através de grupos por generalizações como ambientalistas, produtores rurais, comunidade científica, políticos e sociedade civil. Ao defini-los no texto, como atores da polêmica, o jornal utilizou diversas denominações, usadas com maior ou menor frequência, a exemplo: ambientalistas, ativistas, “verdes”, ecologistas, ONGs, ONGs internacionais; Produtores rurais, agricultor familiar, entidades ligadas ao campo, desmatadores. Estas denominações, em suas posições no texto e sequências discursivas, significam de formas distintas, alinhando-se a formações discursivas diferentes e, dessa forma, fazem parte da construção do discurso jornalístico.

Este trabalho propõe-se a analisar a construção do discurso jornalístico de *Zero Hora* sobre a mudança no Código Florestal. Para tanto, examina as denominações utilizadas pelo jornal para se referir aos protagonistas do noticiário do novo Código Florestal. Observa de que forma o jornal construiu o imaginário acerca destes atores e a forma que os posicionou no discurso jornalístico, para assim, mapear os discursos que o jornal institucionaliza e aqueles

que apaga. Utiliza a Análise de Discurso, buscando compreender a construção de sentido no uso destas denominações, e identificar as formações discursivas à que estes sentidos fazem referência, para, assim, revelar o discurso dominante e a ideologia dominante no discurso jornalístico sobre o Código Florestal.

Deste modo, este estudo pretende responder ao questionamento: *Como o jornal Zero Hora constrói discursivamente a representação dos protagonistas do novo Código Florestal e o seu discurso jornalístico sobre o tema?*

Os seguintes objetivos foram delimitados:

Objetivo Geral – analisar as relações entre as formações discursivas presentes no discurso jornalístico sobre o novo Código Florestal, para, assim, poder compreender os processos de produção de sentidos pelo jornal.

Objetivos específicos

- Analisar o processo de produção de sentidos envolvido na denominação de atores sociais envolvidos na questão.
- Identificar as formações discursivas à que estas representações fazem referência no texto jornalístico.
- Identificar a(as) formação discursiva dominante no discurso jornalístico.

No capítulo 2 será exposto o referencial teórico metodológico utilizado na construção deste trabalho. Partindo de princípios que regem o jornalismo, destaca-se sua importância social e seu compromisso com a sociedade, bem como as dificuldades envolvidas nas rotinas de produção. Em sequência são descritos os conceitos e ideias da Análise de Discurso, teoria que norteia o desenvolvimento do trabalho.

No capítulo sobre metodologia a Análise de Discurso é novamente abordada, agora sob seus aspectos práticos de análise, baseado nos textos de Eni Orlandi. Os procedimentos que conduziram a pesquisa são descritos, bem como o material pesquisado.

O quarto capítulo traz a análise das matérias, referentes ao Código Florestal, publicadas pelo jornal *Zero Hora*. A aplicação da Análise de Discurso é apresentada e conduz à resposta do questionamento proposto por este trabalho. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 TEORIAS DO JORNALISMO

2.1.1. JORNALISMO CONSTRUINDO REALIDADE

O jornalismo, ao longo dos séculos, vem cumprindo a função de relatar os acontecimentos do dia-a-dia, desde pequenos fatos que preenchem o cotidiano até episódios que mudaram a história da humanidade. Pode-se dizer que o jornalista é um contador de ‘estórias’, como afirma Traquina (2004), que vê “os acontecimentos como ‘estórias’, como narrativas, que não são isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas”. Esta prática, que remete a tradições anteriores à constituição do jornalismo como profissão, é sustentada pela necessidade do homem, como ser social, de conhecer o mundo que o cerca, de saber o que acontece além de sua experiência direta (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004), e as notícias satisfazem este impulso humano básico.

As notícias constituem este contato com o mundo exterior ao do indivíduo e, portanto, moldam sua percepção deste mundo. Segundo Silveira⁵, a informação transmitida através da notícia tem, dessa forma,

[...] uma fundamental influência em todas as instituições e nas pessoas de sociedades com ordens econômicas distintas. A natureza e as características do sistema de comunicação e do ambiente onde são geradas as notícias, têm um papel preponderante no outro lado do processo, qual seja, no público, que irá consumi-las e interpretá-las. (SILVEIRA, 1996, p. 141)

Gaye Tuchman (1976/1993, p.262)⁶, esclarece que “dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alertar-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna”. Esta tomada de consciência é fundamental para uma leitura crítica da notícia e um olhar crítico sobre a sua produção, além de salientar a dimensão cultural das notícias (TRAQUINA, 2004). Segundo Sousa (2003, p.15) “As notícias são, assim, histórias narradas à luz da cultura da sociedade em que são produzidas (SCHUDSON, 1988) e da cultura profissional (TRAQUINA, 2001, 2002)”.

⁵ SILVEIRA apud GIRARDI; MASSIERER; SCHWAAB, 2006. Fonte original: SILVEIRA, M. Â. Comunicação Rural e sustentabilidade agrícola. In: A. de F. M., DENKER, et al. (Orgs). Comunicação e Meio Ambiente. São Bernardo do Campo: Intercom, p. 139-143, 1996.

⁶ TUCHMAN apud TRAQUINA, 2004, p. 169. Fonte original: TUCHMAN, G. Telling Stories. Journal of Communication, vol.26, N°. 4, 1976/1993.

Segundo o sociólogo norte-americano Michel Schudson (1995, p.4)⁷, as notícias são produzidas por “pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discurso”. Desde os processos de seleção e avaliação da noticiabilidade, ao processo de significação inerente à notícia, “fatores de natureza pessoal, social (organizacional e extraorganizacional), ideológica e cultural enformam e constroem as notícias” (SOUSA, 2003, p.11).

Segundo a teoria unificadora de Sousa (2003), as notícias são o resultado de processos complexos de interação de forças, notadamente, pessoais, sociais, ideológicas, culturais e históricas, do meio físico em que é produzida e dos dispositivos tecnológicos que afetam a produção. Da mesma forma em que resulta da interação entre agentes sociais, como os jornalistas e as fontes de informação, os jornalistas e a sociedade, os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização (TRAQUINA, 2004, p.173). Segundo Carey (1986)⁸:

[...] embora sendo índice do ‘real’, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta, as perguntas aparentemente simples: quem? o que? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (TRAQUINA, 2004, p.174)

As interações sociais e as forças que moldam o processo produtivo da notícia são apagadas neste mesmo processo, anulando os efeitos das limitações da produção jornalística (WOLF, 1995). É, portanto, essencial destacar o entendimento da notícia como construção do real e seu processo, para assim poder realizar uma análise crítica do jornalismo e de seus efeitos sobre a sociedade.

2.1.2. FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

Partindo do princípio de que a notícia é uma “construção” social e que “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade” (TRAQUINA, 2004, p.26), vale ressaltar a importância de um *ethos* jornalístico que oriente a sua prática. Bucci (2000) afirma que, apesar de o jornalismo não

⁷ SCHUDSON apud TRAQUINA, 2004, p.171. Fonte original: SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

⁸ CAREY apud TRAQUINA, 2004, p.174. Fonte original: CAREY, J. *The Dark Continent of American Journalism*. In: Manoff e Schudson (eds), *Reading the News*. New York: Pantheon Books, 1986.

poder oferecer a “verdade”, ele pode - e deve, como condição de sua existência – oferecer confiabilidade.

a imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo. O relato jornalístico precisa guardar um mínimo de confiabilidade – um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida (BUCCI, 2000, p.52).

Esta confiabilidade constitui-se na relação com o público, baseado na crença e ideologia de que o jornalismo orienta-se pela busca da “verdade possível”. Como afirma Traquina, “o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA, 2004, p.20) este é o acordo entre profissionais e leitores, que torna possível a prática jornalística. Bill Keller, editor do *New York Times*, afirma “Nós lutamos por uma cobertura que busque, com todo empenho, dar ao leitor o máximo de informação para que ele próprio tire suas conclusões. Esse é o nosso mais nobre ideal” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p.69).

Espera-se do jornalista uma atuação isenta de interesses e em direção a uma objetividade profissional. Objetividade aqui não empregada no sentido ingênuo de oposição à subjetividade. Afirma-se a necessidade de o jornalista atuar com profissionalismo, seguindo procedimentos para dar voz ao maior número de atores sociais e aproximar-se ao máximo da realidade que pretende relatar. Pois, como diz Traquina “a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada” (TRAQUINA, 2004, p.142).

os jornalistas devem se esforçar para tornar sua própria presença e a de seu trabalho o mais transparente possível, da mesma forma que exigem essa transparência das pessoas e instituições que cobrem. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004, p. 289)

Poucas profissões tem sido objeto de tanto escrutínio e tanta crítica quanto o jornalismo e os jornalistas (TRAQUINA, 2004). Não é por demérito de seu trabalho, ou por partilhar de teorias conspiracionais que se analisa e critica constantemente o jornalismo, mas por consciência da sua relevância perante a sociedade e da importância de um jornalismo engajado com o interesse público. A ideologia profissional define o jornalismo como “um serviço público que fornece cidadãos com a informação de que precisam para votar e

participar na democracia e age como guardião que defende os cidadãos dos eventuais abusos do poder” (TRAQUINA, 2004, p.27).

O jornalismo, quando exercido em plena liberdade, funciona como um “fórum” em que as demandas sociais são trazidas à luz do espaço público, e as informações relevantes ao interesse público são compartilhadas. Ao informar a população com propriedade, o jornalismo lhe fornece ferramentas para que, “vivendo em democracia, possa se organizar e se mobilizar para exigir ações que levem em consideração o futuro de nossos filhos e netos e de toda a nossa geração” (DORNALLES, 2008, p.43).

A defesa da liberdade de imprensa, já impregnada no imaginário popular como irmã da democracia – em especial no Brasil pós-ditadura – é essencial para promover a justiça e equidade social. A imprensa tem por função dar visibilidade à "coisa pública", sendo esta uma condição da democracia. “É a imprensa que permite ao cidadão alargar o seu conhecimento sobre as questões públicas, evidentemente, não sobre o todo, e sim sobre parte do que se passa na sociedade” (ABREU, 2003, P.25-40).

Atualmente, porém, a ameaça não vem da censura governamental. Nas últimas décadas observa-se uma mudança que afeta os fundamentos da prática jornalística, o surgimento de um jornalismo baseado no mercado, mais e mais divorciado da ideia de responsabilidade cívica (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004). O deslocamento da definição das notícias como um negócio e do público como consumidor acarreta em sérias distorções na função social do jornalismo.

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite (TRAQUINA, 2004, p.25).

O papel do jornalista está em, apesar de todas as adversidades e condicionamentos da profissão, buscar fazer um trabalho isento de interesses particulares e em prol do bem e interesses públicos. “A atividade da imprensa não deve existir com a simples finalidade de gerar empregos, fortunas e erguer os impérios da mídia; deve existir porque os cidadãos têm o direito à informação” (BUCCI, 2000, p.33). É importante, portanto, ver as notícias como uma das formas de “construção” social, o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber, que é a notícia. (TRAQUINA, 2004, p.28). A imprensa precisa ser forte, isenta e atuante, mantendo

em vista seu papel como promotora da democracia, seu compromisso com o leitor e sua função social.

2.2 ANÁLISE DO DISCURSO

2.2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria crítica da linguagem formulada pela escola francesa da Análise de Discurso estuda a linguagem e a produção de sentido em seu uso, ou seja, a língua em funcionamento. Este estudo parte do princípio que a língua não é transparente, de significado definido à priori a ser acessado e transmitido, mas sim que o significado é resultado de uma interação entre locutores, inseridos em um contexto sócio-histórico, utilizando-se de um sistema material (ORLANDI, 2005).

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2005, p.15).

A Análise de Discurso se interessa pela língua como um sistema de signos, objeto de estudo da Linguística, assim como pela inserção histórico-social estudada pelas Ciências Sociais. Porém, a AD “coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam” (ORLANDI, 2005, p.16). Ao unir, pelas diferenças, os objetos de estudo da Linguística e Sociologia, a Análise de Discurso desenvolve um objeto próprio e elemento novo aos estudos sociais - o discurso (FERREIRA, 2003).

Como define Brandão (1996, p.89), o discurso é o efeito de sentido construído no processo de interlocução, ou seja, entre locutores – e não simples transmissão de informação entre locutores. Segundo Orlandi (2005, p.16) os estudos discursivos pensam o sentido como sendo regulado no tempo e espaço da prática humana.

Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. (ORLANDI, 1994, p.53)

O sentido, portanto, não está já fixado a priori, como essência das palavras, mas é construído no processo de interlocução (ORLANDI, 1994, p.56). A AD “teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2005, p.10).

Este processo de significância, no entanto, é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história (ORLANDI, 1994, p.57). A história que a AD se refere não trata de acontecimentos intercalados cronologicamente, mas sim da construção do imaginário social quanto à ‘história’ e esta construção pode ser definida através da ideologia. Segundo Althusser⁹,

a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e esta relação é necessariamente imaginária. Acentua o caráter imaginário, o aspecto, por assim dizer, ‘produtivo’ da ideologia, pois o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. (ALTHUSSER, 1970, p.80)

A ideologia é vista, portanto, como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. “A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação” (ORLANDI, 1994, p.56). Brandão define a ideologia como sendo uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Ricoeur afirma que a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que “a realidade social sempre possuiu uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social”. Ainda segundo Pêcheux¹⁰,

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1988, p.160)

O discurso, por sua vez, é o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia (ORLANDI, 1994, p.53). É através da relação entre ideologia e linguagem que acontecem os processos de significação e é nesta relação que a história se

⁹ ALTHUSSER apud BRANDÃO, 1996, p.22. Fonte original: ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (Trad. de J. J. Moura Ramos). Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

¹⁰ PÊCHEUX apud MARIANI, 1998, p.25. Fonte original: PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988.

inscreve materialmente sobre a língua. O mediador desta relação é o sujeito, sem o qual não há enunciação. Como afirma Pêcheux (1975)¹¹, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

A noção de sujeito é fundamental para a compreensão da Análise de Discurso, pois a partir dela estrutura-se a forma como a ideologia – e, portanto, a história – inscreve-se materialmente na linguagem. O sujeito do discurso não é o sujeito empírico, o indivíduo real que produz o texto. Como descreve Ferreira (2003), trabalha-se com um sujeito dividido em vários outros possíveis, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas.

O sujeito do discurso fala de uma posição específica, inserida em um contexto sócio-histórico e interpelado, portanto, pela ideologia. Parte dessa ideologia seu imaginário sobre si, sobre a posição da qual fala – a posição de aluno, de filho, de professor, de jornalista. Inserido neste contexto o indivíduo, locutor da enunciação, passa por este processo de assujeitamento, assumindo uma forma-sujeito a partir da qual enuncia. Como afirma Orlandi (2005, p.46), “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. A Análise de Discurso,

[...] recusa, assim tanto o sujeito ascético, o da mente (o biológico), sujeito falante/ouvinte ideal, sem história, como também não se ilude com o individualismo subjetivista que exclui igualmente a historicidade. (ORLANDI, 1994, p.56)

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se “entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem” (FERREIRA, 2003, p.40). Como se pode observar, a Análise do Discurso ao construir a categoria teórica do sujeito desenvolve um elemento novo, o deslocando da posição de origem do significado para uma posição mista em que não cabe nem “a hipertrofia do sujeito cheio de vontades e intenções, nem o total assujeitamento e a determinação de mão única” (FERREIRA, 2003, p.43).

O movimento proposto pela Análise do Discurso visa quebrar a ilusão criada no texto de que os significados partem deste, como origem em um sujeito intencional (ORLANDI, 2005). Este movimento de leitura crítica é a base do trabalho do analista que busca

¹¹ PÊCHEUX apud ORLANDI, 2005, p.16. Fonte original: PECHÊUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (Trad. de E. Orlandi). Campinas: Ed. Unicamp, 1988 (Título original: Les vérités de La Palice, 1975).

desmistificar os efeitos de evidência criados pelo texto. Torna-se essencial ir além das transparências de um “sujeito já-lá” (ORLANDI, 1994). Como reitera Orlandi,

[...] a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2005, p.46).

Análise de Discurso produz uma reflexão sobre o sujeito e o sentido — um relativamente ao outro — “já que considera que, ao significar, o sujeito se significa” (ORLANDI, 1994, p.55). Em resumo, a Análise de Discurso visa a compreensão de “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2005, p.26). Não é a busca pelo significado, mas a compreensão dos processos pelos quais os objetos simbólicos significam. Assim, a Análise de Discurso produz novas práticas de leitura.

2.2.2. PRODUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDOS

A Análise de Discurso baseia-se nos conceitos de sujeito, língua e ideologia para fundamentar a sua teoria. O seu objeto de estudo, o discurso, trata da produção de significado, ou seja, da língua em funcionamento afetada pela exterioridade em mediação do sujeito. Como já afirmado, a língua tratada pela AD não é transparente, de significado definido a priori, como o objeto da Linguística, mas sim opaca e passível de falhas. Portanto, a língua não é concebida como um sistema abstrato, mas como “a língua no mundo”, em ação, significada por homens inseridos em sociedade (ORLANDI, 2005).

A língua não é um sistema totalmente autônomo – mas possui certa autonomia e é regido por regras internas - (ORLANDI, 2005), é um sistema significante que supõe a sua relação com o exterior para produzir sentido. A relação deste sistema com o sujeito que enuncia, da posição da qual ele fala, do momento sócio-histórico em que está inserido e para quem ele fala, define o sentido deste sistema.

“o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo discurso: a língua

aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 1975, p.81)¹².

Pêcheux¹³ destaca, dessa forma, duas noções estruturantes do discurso, sendo estas a base linguística (como descrita acima) e a noção de processo discursivo-ideológico. Portanto, pode-se afirmar que

a língua constitui a condição de possibilidade do ‘discurso’, pois é uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico determinado. [...] Os processos discursivos constituem a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam estes efeitos de sentido (BRANDÃO, 1996, p.43).

Os movimentos de significação dados neste processo discursivo são constantes e contínuos. Uma significação e resignificação da realidade e do sujeito. O discurso é, portanto, o “espaço onde estas significações emergem” (BRANDÃO, 1996, p.35). O discurso significa através da inscrição da exterioridade sobre a língua - um sistema passível de falhas, sobre as quais os sentidos se permitem deslizar, se resignificarem (FERREIRA, 2003). O discurso significa através novo, do já-dito estruturado na memória, das possibilidades de enunciação e também do não dito.

As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. [...] Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. (ORLANDI, 2005, p.30)

A concepção de discurso da AD reestrutura a ideia de significado, direcionando a visão do texto como construção plural de sentidos. Os conceitos teóricos da Análise de Discurso permitem observar o processo de constituição de significado pela presença de formações discursivas em relação umas às outras e na constituição do discurso através de uma formação discursiva dominante. O discurso constitui, portanto um processo plural permeado por diferentes indivíduos, atores e vozes sociais. Ele existe em relação, de oposição ou concordância, à outros discursos sociais e cabe à Análise de Discurso, considerando a exterioridade, identificar este processo de construção discursiva e de significação.

¹² PÊCHEUX apud BRANDÃO, 1996, p.34. Fonte original: PECHÊUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (Trad. de E. Orlandi). Campinas: Ed. Unicamp, 1988 (Título original: Les vérités de La Palice, 1975).

¹³ PÊCHEUX apud BRANDÃO, 1996, p.43. Fonte original: PECHÊUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (Trad. de E. Orlandi). Campinas: Ed. Unicamp, 1988 (Título original: Les vérités de La Palice, 1975).

2.2.3. DISCURSO JORNALÍSTICO

O jornalismo é um campo em que a aplicação da Análise de Discurso é ampla e necessária. Diferentemente de outras metodologias, a Análise de Discurso propicia a compreensão dos movimentos de significação mais sutis, característicos desta área. O jornalismo, como já descrito em capítulo anterior, possui uma lógica baseada na objetividade e na imparcialidade, conceitos mantidos no imaginário profissional e que norteiam as condições de produção. Estas características geram um discurso com certas peculiaridades, o que exige da Análise do Discurso um olhar aguçado ao tratar do discurso jornalístico.

O discurso jornalístico é, assim como os demais, “efeito de significado entre locutores” inseridos em um contexto sócio-histórico. Assim como todo discurso, pressupõe o uso de um sistema de signos a partir do qual, pela inscrição material da exterioridade, os sujeitos significam. Porém, como essência de sua prática, o discurso jornalístico é um discurso “sobre” algo. Ele relata e (re)constrói a realidade em seu texto, e a forma como esta produção de sentidos se dá no texto é resultado do meio social e histórico em que os sujeitos estão inscritos, dos diversos discursos em disputa, bem como das ideologias que se manifestam em presença ou ausência no texto.

A Análise do Discurso introduz um conceito base para a sua compreensão e aplicação metodológica, a formação discursiva. Esta é definida por Pêcheux (1995, p.160)¹⁴ como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” em conformidade com uma dada inscrição sócio-histórica. Esta definição pode ser compreendida como as condições para que um dado significado seja este e não outro. Este conceito é fundamental para o analista, pois, para compreender a construção de significados torna-se necessário identificar a formação discursiva a que eles remetem, buscando a convergência de significados no discurso. Os significados constroem-se na interlocução e “o sentido de uma palavra muda de acordo com a formação discursiva a que pertence” (BRANDÃO, 1996, p.92).

¹⁴ PÊCHEUX apud HANAUER, 1999. Fonte original: PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995 (Título original: Les vérités de La Palice, 1975).

O trabalho do analista consiste em identificar certas regularidades na dispersão do discurso, pois estas constituem as regras de formação a partir das quais pode-se depreender um movimento de significação. Como explica Foucault (1995)¹⁵,

“No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** (...). Chamaremos de **regras de formação** as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, escolhas temáticas)” (FOUCAULT, 1995, pp. 43-4).

Segundo Brandão, essas regras que determinam uma formação discursiva “se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias”, caracterizando a formação discursiva e possibilitando a passagem da dispersão para a singularidade (BRANDÃO, 1996, p.28). Ao passar para a “singularidade”, o analista pode alcançar o seu objetivo maior, que consiste em, partido da base linguística identificar a formação ideológica que norteia os processos de significação no discurso. “As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (ORLANDI, 1992, P.20)¹⁶. Portanto, as formações discursivas estão na base do trabalho do analista e, a partir deste conceito é possível desdobrar outros pertinentes à diferentes análises.

Este “espaço de significação” - que é a formação discursiva - é constituído “por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 1996, p.38). A paráfrase retoma significados no texto, criando este movimento de memória e de interdiscurso. Ainda conforme Orlandi (2005, p.36), “Os processos parafrásicos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”.

Estas marcas que denotam movimentos de significação demonstram de que forma o(s) sujeito(s) posiciona(m)-se no discurso. É através de seu posicionamento em relação às

¹⁵ FOUCAULT apud MACHADO; JACKS, 2001, p.3. Fonte original: FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

¹⁶ ORLANDI apud HANAUER, 1999. Fonte original: ORLANDI, E. As formas do silêncio. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

formações discursivas que o sujeito significa. Cabe deixar clara a diferenciação entre sujeito discursivo e o sujeito empírico, seja ele o jornalista que assina o texto, as fontes por ele citada ou o leitor.

Como afirma Foucault (1995, p.118)¹⁷, o indivíduo e o sujeito não são o mesmo, sendo que o indivíduo se divide em diversos sujeitos, e é o sujeito que fala, de uma determinada posição. Segundo Althusser (1985)¹⁸ o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, é a partir desta posição-sujeito que ele enuncia, em relação ao momento sócio-histórico e à memória. Pêcheux (1969)¹⁹ acrescenta que a posição da qual o sujeito enuncia é definida por um imaginário acerca de si e do interlocutor à quem se dirige, e estas formações imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Pode-se afirmar, portanto, que o jornalista fala de uma posição específica, que a profissão lhe assegura. O jornalista possui um imaginário acerca de si que pressupõe imparcialidade, objetividade e isenção, ideais que regem seu imaginário quanto á profissão. Enquanto que o leitor, inscrito no contrato de leitura descrito por Traquina (2004), possui um imaginário deste enunciador baseado na credibilidade das informações passadas.

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) (ORLANDI, 2005, p.40).

Estas posições-sujeito, apesar de definidas pela exterioridade, não são externas ao texto, mas sim inscritas neste através das formações discursivas. E, entre outras possíveis posições ocupadas pelos interlocutores, definem um modo de significar inscrito no texto. Machado (2006, p.7) afirma que:

essas posições de sujeito são lugares que os indivíduos metaforicamente “vêm ocupar”. São lugares construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação – e, lembremos, também as de interpretação, onde o discurso também se constitui – são compreendidas como lugares (MACHADO, 2006, p.7)

¹⁷ FOUCAULT apud MACHADO; JACKS, 2001, p.3. Fonte original: FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

¹⁸ ALTHUSSER apud BRANDÃO, 1996, p.22. Fonte original: ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (Trad. de J.J. Moura Ramos). Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

¹⁹ PÊCHEUX apud MARIANI, 1998, p.114. Fonte original: PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HANK, Tony. Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p.61-163.

Pela imagem que o indivíduo tem de seu interlocutor, ele antecipa movimentos de interpretação e, em função disso, promove estratégias discursivas. Portanto, as formações imaginárias definem, neste jogo de antecipação, a forma como o sujeito significa, pois, prevendo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte, diz de uma determinada forma e não de outra (ORLANDI, 2005, p.39). Assim, o lugar a partir do qual o sujeito fala define o que ele diz.

Em relação ao jornalismo deve-se considerar o imaginário acerca do público a quem este se dirige. Apesar de não haver um contato direto com este público, de forma geral o jornalista e o jornal possuem um “público leitor” esperado, com uma formação imaginária constituída. No entendimento de Machado e Jacks (2001), o jornalista direciona sua fala a um leitor imaginado, enquadrado em definições, geralmente referente às condições socioeconômicas e culturais (como demonstrado através de pesquisas anteriores). Esta relação com seu interlocutor “determina não apenas questões relativas às escolhas temáticas, mas também questões que dizem respeito ao uso da linguagem e à prática discursiva” (MACHADO; JACKS, 2001, p.5). E, como salienta Orlandi (2005, p.36), “na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer”.

É fundamental para a Análise de Discurso, deixar claro que o significado não possui origem no sujeito, nem tão pouco na língua - o significado é efeito de sentido entre locutores. Como reitera Schwaab (2007), o sujeito é uma posição, um lugar de significação historicamente construído. “Em AD, a posição-sujeito não significa presença física e nem mesmo lugares objetivos da estrutura social, mas um lugar social representado no discurso, sempre a partir de determinada Formação Discursiva”. Em todo discurso, e ainda mais no discurso jornalístico, o significado é construído através de ‘esquecimentos’ necessários ao processo enunciativo.

Segundo pensamento formulado por Pêcheux (1975)²⁰, existe dois processos de esquecimento: O esquecimento ideológico, a partir do qual “temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2005, p. 35). Apaga-se, através desse esquecimento, todo o já-dito e sentidos já evocados em outras enunciações. Cria-se a ilusão de originalidade, ignorando que o sentido dá-se pela inscrição da história na língua, processo que acontece através do sujeito, mas não a partir desse. O segundo esquecimento acontece na ilusão de o sujeito, em sua fala, dizer tudo aquilo passível de ser

²⁰ PÊCHEUX apud ORLANDI, 2005, p.34. Fonte original: PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995 (Título original: Les vérités de La Palice, 1975).

dito, ignorando a existência de outros sentidos possíveis. Conforme Orlandi (2005, p.35), “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásicas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”. Este esquecimento é a naturalização dos sentidos - ligação direta entre o símbolo e o real a que este faz referência – é o efeito de evidência produzido pela ideologia (ORLANDI, 1994, P.57). O esquecimento, portanto, é parte da construção dos sentidos e necessário para a existência do sujeito.

Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento. (ORLANDI, 2005, p.36)

Ao tratar do jornalismo, estes esquecimentos tornam-se ainda mais intrínsecos ao processo de significação. Através da objetividade busca-se apagar todo traço de subjetividade, entendida de forma negativa no imaginário profissional. O texto jornalístico busca esta aparência de escrita isenta, sem a opinião de seu autor, cabendo a esta subjetividade seu espaço reservado em colunas opinativas e editoriais. Esta busca por uma imagem de transparência deixa marcas discursivas e cabe ao analista, identificá-las e analisá-las como movimentos de significação. Como destaca Schwaab (2007) “Trabalhar com a compreensão do Jornalismo enquanto discurso pressupõe considerar todos os aspectos envolvidos neste sistema, nesta processualidade própria do fazer jornalístico, sendo que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas inseridos nele”. Analisar o discurso jornalístico pressupõe compreendê-lo como opaco, dialógico e espaço de disputa entre diversos outros discursos, antagônicos ou não.

2.2.4. DENOMINAÇÕES

Como descrito no capítulo anterior, a linguagem significa em seu uso por interlocutores inseridos em uma dada sociedade. Portanto, a palavra não possui um significado inerente ao signo, ela ativa um imaginário distinto (ideologia) de acordo com a sua colocação sócio-histórica (historicidade). Ao enunciar, o homem ressignifica o mundo sobre o qual ele enuncia. Porém, seguindo este raciocínio, pode-se concluir que pelo caráter arbitrário do signo,

[...] se por um lado a linguagem leva à criação, à produtividade de sentido, por outro representa um risco na medida em que permite manipular a construção da referência. Essa liberdade de relação entre signo e sentido permite produzir, por exemplo, sentidos novos, atenuar outros e eliminar os indesejáveis (BRANDÃO, 1996, p.27).

Estudos da relação signo, significado e referencial salientam esta relação fluida construída no texto. Uma palavra designa algo no mundo real, este é, portanto, o seu referencial, aquilo que o enunciado enuncia. Este “relaciona as unidades de signos que podem ser proposições ou frases com um domínio ou campo de objetos” (MACHADO, 1981, p.168)²¹. Esta relação linear é desconstruída a partir dos estudos de Frege (1978)²² em que é afirmado que duas expressões linguisticamente diferentes podem ter sentidos diferentes mesmo tendo a mesma referência. Portanto, a escolha de palavras, expressões e enunciados que remetem a um mesmo referencial interferem na construção de significados relativos a este.

Da mesma forma como a relação linguagem/sentido não se dá de forma direta, a relação sentido/referencial tem intermeios. Estas relações passam pelo campo da representação, da ideologia. Como afirma Frege²³, “os mesmos sentidos podem ser apreendidos por distintos indivíduos, mas não são a mesma representação, pois as representações associadas a um sinal são sempre subjetivas”. Desta forma, a denominação não tem o seu referencial na realidade empírica, mas na ‘realidade’ construída pela ideologia.

O que chamamos de realidade é resultado da construção/rememorialização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo. A realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas, sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e languageiras (MARIANI, 1998, p.27).

Em termos discursivos o referente trata-se de “um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 1990, p.83)²⁴. Eduardo Guimarães vai de encontro à esta ideia ao acrescentar que

[...] o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isso

²¹ MACHADO apud BRANDÃO, 1996, p.29. Fonte original: MACHADO, R. Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

²² FREGE apud MARIANI, 1998, p.108. Fonte original: FREGE, Gottlob. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix & EDUSP, 1978.

²³ FREGE apud MARIANI, 1998, p.110. Fonte original: FREGE, Gottlob. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix & EDUSP, 1978.

²⁴ PÊCHEUX apud MARIANI, 1998, p.114. Fonte original: PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HANK, Tony. Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990, p.61-163.

se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é este confronto. Assim, a relação de designação é uma relação instável entre linguagem e objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença (Guimarães, 1995)²⁵.

Designar, portanto, é construir um referencial, significando a partir de uma formação discursiva. A construção deste referencial acontece através dos signos escolhidos e da memória discursiva ativada por eles, de paráfrases e metáforas discursivas, pelas x possibilidades de escolhas não feitas que significam através de sua ausência e, portanto, através da formação discursiva a que se alinham. “A referencialidade do ponto de vista discursivo é uma operação de base linguística que envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso” (MARIANI, 1998, p.118), tocando, assim, simultaneamente em questões de base linguística e histórica.

Ao nomear, e aplicar estas designações em enunciados, constrói-se discursivamente o referencial. As denominações que designam linguisticamente os indivíduos do referencial “contribuem na sua existência como objeto para o pensamento”. Isso não resulta, porém, numa igualdade de significados entre as expressões, somente numa igualdade entre referenciais (MARIANI, 1998, p.112). A designação cumpre a função de estabilizar, na ordem da língua, uma formulação para a pluralidade de sentidos possíveis. Os processos de designação são “relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis” (ZOPPI-FONTANA, 1999, P.203).

No discurso jornalístico, o processo de nomear produz um efeito de objetividade, encobrendo o movimento de memória deste processo. O designar nos jornais deve ser analisado como um processo que acessa “um já-dito que se verifica ao nível do interdiscurso da FD que preside o discurso jornalístico” (MARIANI, 1998, p.118). Identificar esta(s) FD(s) que permeia(m) o processo de denominação e construção do referencial é o que norteia o presente trabalho.

Em resumo, não se trata (e nem seria possível), para a AD, de analisar a ‘referência’, o ‘referente’ ou o ‘significado’. Em AD busca-se analisar o processo de “construção discursiva dos referentes” (ORLANDI, 1994)²⁶, ou seja, o modo como discursos em relação podem produzir a ilusão de ‘obviedade’ e ‘evidência’ para uma ‘realidade’, como se um dado sentido já estivesse lá. (MARIANI, 1998, p.118).

²⁵ GUIMARÃES apud MARIANI, 1998, p.108. Fonte original: GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido. Campinas, Pontes, 1995.

²⁶ ORLANDI apud MARIANI, 1998, p.118. Fonte original: ORLANDI, Eni. A natureza e os dados. In: Cadernos de estudos Linguísticos. Campinas: IEL/UNICAMP, (27) p.47-57, jul/dez, 1994.

As denominações no discurso jornalístico criam a impressão de transparência, apagam o processo próprio de denominação, como se os referenciais já estivessem construídos e fossem somente, e isentamente, acessados no discurso jornalístico. O trabalho do analista é exatamente explicitar este processo e demonstrar como estas denominações significam no discurso, como se alinham às possíveis formações discursivas.

3. METODOLOGIA

3.1 DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

O referencial teórico-metodológico utilizado para a elaboração deste trabalho é a Análise de Discurso. A AD é adequada por explicitar os processos comunicativos constitutivos tomando como parte deste significado a exterioridade neles inscrita.

A Análise de Discurso é um dispositivo teórico-metodológico que requiere a compreensão de seus conceitos para a sua aplicação como método. Através da Análise de Discurso demonstra-se de que forma as condições sócio-históricas de produção inscrevem-se no linguístico. “O desafio que a Análise do Discurso se propõe é o de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análise de aspectos puramente linguísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre a ideologia” (Brandão, 1996, p.83).

O recurso da Análise de Discurso é amplamente utilizado para demonstrar os processo de construção de significado em textos, aplicado como dispositivo teórico-metodológico por estudiosos de diversas disciplinas e adequado para a análise de textos jornalísticos. O estudo é qualitativo e oferece dispositivos para estudar inscrição material da ideologia na língua, como processo constitutivo do significado. Tais ideias chave servem para a compreensão da forma como coerções ideológicas e as injunções de poder manifestam-se no texto jornalístico, objetivo deste trabalho.

Ao longo da preparação deste trabalho de conclusão de curso, muitos aspectos interessantes foram observados e cogitados como objeto de análise, como a construção do imaginário acerca dos grupos políticos envolvidos na questão, o espaço conferido à voz do campo, matérias paralelas ao assunto que moldam a sua percepção - como a série sobre os gaúchos desbravadores, publicada no jornal - ou a ausência de cobertura da semana do meio ambiente, que coincidiu com a aprovação do Código Florestal. Entretanto, o processo discursivo de denominação dos protagonistas do Código Florestal e, através deste, o processo de construção discursiva dos referenciais apresentou-se como objeto decisivo para a construção de sentido no discurso de Zero Hora. De maneira que tornou-se o foco da pesquisa aqui apresentada.

3.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Ao nos definirmos por analisar o discurso jornalístico de *Zero Hora*, optamos por um jornal de referência do Rio Grande do Sul, que pertence à maior empresa de comunicação gaúcha, a *Rede Brasil Sul de Comunicações* (RBS). Por ser vinculado a RBS, o jornal *Zero Hora* desfruta de uma série de vantagens que o colocam como o periódico de referência, superando o centenário *Correio do Povo*. Com a força econômica e de penetração da RBS, *Zero Hora* tem projeção, influência - principalmente na Região Metropolitana, onde as grandes decisões políticas do estado acontecem e onde se concentra a maior parte da população do Rio Grande do Sul - e profissionalismo, sendo um modelo de jornal moderno existente no Rio Grande do Sul.

Para a realização da pesquisa, foram selecionadas publicações do jornal *Zero Hora* pelo período de seis meses, compreendidos no intervalo dos meses de abril, maio e junho de 2011, bem como dos meses de novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Este intervalo foi escolhido por compreender um mês anterior e um mês posterior à votação, no Congresso e no Senado, respectivamente, do Projeto de Lei 1.876/99, que estabelece um novo Código Florestal brasileiro.

A coleta do material realizou-se no arquivo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre), pois este disponibiliza o acesso a todos exemplares ao público geral. Apesar da pesquisa não ser baseada em metodologias quantitativas, a análise ao grande número de exemplares possibilitou uma visão mais ampla dos movimentos de significação no discurso do jornal.

Em um total de 183 edições, foram selecionadas 81 edições em que foram publicadas matérias referentes ao Código Florestal. Após a análise do material o corpus foi reduzido a 45 edições do jornal *Zero Hora*, a partir das quais foram selecionadas matérias a serem analisadas, partindo de critérios que limitassem o corpus à temática escolhida para este trabalho - a análise das denominações. Os critérios de seleção foram reportagens jornalísticas, notas e artigos que tivessem por temática a alteração na legislação referente ao Código Florestal. Optamos por incluir a análise à artigos pois estes constituíam grande parte do material referente à temática, acompanhando a grande maioria das matérias produzidas - este acompanhamento deu-se, especialmente através da coluna "Olhar do Campo" de Irineu Guarnier Filho e da coluna "Brasília" assinada pela jornalista Carolina Bahia. Acreditamos que, apesar deste espaço permitir a impressão de valores e opiniões, ele representa também

um espaço de informação jornalística quanto ao andamento da questão e é um índice de formatação da leitura pretendido pelo jornal, além de uma opinião autorizada pelo veículo.

Após a coleta e seleção do material, este foi devidamente fotografado para posterior análise e foi produzida uma tabela para auxílio desta. Então este material foi objeto de uma leitura cuidadosa e orientada pelo dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso. Marcas discursivas foram mapeadas e iniciou-se o processo de análise descrito no próximo capítulo.

4. ANÁLISE

Interessa ao trabalho, a partir daqui, analisar o modo como certos sentidos são colocados em discurso na utilização de denominações no jornal Zero Hora, em recortes de 2011 e 2012. Busca-se analisar a construção discursiva do referencial invocado por estas denominações dentro do discurso jornalístico.

Denominar, como descrito no capítulo anterior, é encontrar um ponto de estabilização dentre os vários significados atrelados à várias formações discursivas em relação e, por vezes, em confronto. Através da análise destas designações e dos movimentos de paráfrase de seu entorno pode-se observar quais são estas formações discursivas e quais interdiscursos são acionados neste processo de significação.

O Código Florestal, e a cobertura noticiosa acerca deste, movimentam diversos segmentos sociais que buscam proteger os seus interesses e ideologias. A questão afeta a população como um todo, uma vez que estão em jogo a produção rural e a proteção ambiental. No estado do Rio Grande do Sul a questão torna-se bastante acirrada, especialmente pela tradição agrícola do estado e, também, pelo protagonismo do movimento ambientalista. Neste quadro social insere-se o jornal Zero Hora - criado em 1964, é um dos maiores jornais de circulação diária no estado, sendo o sexto em circulação no país.

A cobertura do jornal *Zero Hora* foi ampla e bastante completa. O veículo buscou abordar a questão ambiental em suas possibilidades assim como a questão rural. Noticiou toda movimentação política em torno da votação, assim como protestos e debates. A partir de imagens, tabelas e infográficos buscou ilustrar de que forma as mudanças afetam as áreas em questão, bem como à produção. Buscou fontes oficiais e da população em geral, de entidades do campo e ambientais, de políticos ruralistas e da bancada ambientalista. Uma análise quantitativa poderia demonstrar a busca por uma cobertura isenta, abrangendo a totalidade da questão e com espaço para a maioria dos atores envolvidos, mas não demonstraria os discursos contemplados na cobertura. Somente através da análise qualitativa, possibilitada pela Análise de Discurso, pode se observar os movimentos de significação e expor as formações ideológicas que orientam o discurso.

As denominações, como abordado no capítulo anterior, passam a impressão de transparência e de obviedade. A associação de uma palavra a um referente e dos significados que emergem nela parecem fazer parte de um processo natural, encobrendo a opacidade do texto. Reitera-se a ideia que o sentido não é inerente ao símbolo, mas muda de acordo com a

formação discursiva a que este pertence (BRANDÃO, 1996, p.92). As denominações utilizadas pelo jornal *Zero Hora* fazem muito mais do que nomear atores a serem citados no texto, elas significam em sua posição no discurso e, em um processo de “referenciação”, constroem discursivamente um objeto de referência. “A referência é, portanto, um efeito de sentido produzido pela inscrição do interdiscurso como espaço de memória no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 1995)²⁷.

Ao longo da cobertura, o jornal utilizou diversas denominações para referir-se aos grupos de atores envolvidos na questão. Ao falar “sobre” estes, fez escolhas na forma de referi-los no texto, deixando marcas do processo discursivo. Tratando-se do Código Florestal, pode se inferir os possíveis grupos a serem citados no texto por seu envolvimento na questão: os agricultores em geral, os agricultores que desmataram, os ambientalistas, os cientistas, a população geral. Estes, entre outros possíveis, são atores interessados na questão e que, provavelmente, figuram no noticiário acerca do tema. Em um primeiro momento, iremos observar a construção discursiva dos atores ligados ao campo e analisar a forma como eles emergem no texto.

4.1 REFERENCIALIDADE DE PRODUTOR RURAL

Passamos a apresentar as construções dos grupos representados no discurso do jornal sobre o debate em torno do Código Florestal. As sequências discursivas trazidas no corpo desta análise servem como exemplos dos sentidos encontrado no corpus como um todo. Foram identificadas as seguintes denominações utilizadas, no período analisado, para referir-se aos grupos ligados ao campo:

Tabela 1: Denominações para grupos ligados ao campo

<p>Ruralistas; grandes e pequenos produtores; produtores rurais; produtores; agricultores; agricultores familiares; pequenos, médios e grandes produtores rurais; o campo; um dos mais dinâmicos setores da economia brasileira; bancada ruralista; desmatadores; homens e mulheres que investem na produção agrícola; minifundiário; grandes</p>

²⁷ GUIMARÃES apud ZOPPI-FONTANA, 1999, P.212. Fonte original: GUIMARÃES, E. Os limites do sentido. Campinas, Pontes, 1995.

desmatadores; entidades ligadas ao campo; produtores rurais que promoveram desmatamento ilegal; frente ruralista; agricultura familiar; produtores e pequenos agricultores; produtores gaúchos; agropecuaristas gaúchos; pequenos agricultores; agricultores familiares; proprietários rurais; entidades do agronegócio; setor agropecuário;

Há uma pluralidade de denominações que, mesmo deslocadas de sua sequência discursiva, denotam significados diferentes e, em uma leitura descontextualizada, fazem referência à grupos diferentes.

No Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul grupos ligados ao campo possuem formações imaginárias fortemente estabelecidas. Elas são relacionadas à história da colonização do estado, ao imaginário acerca da imigração europeia, e até mesmo à memória relativa à Guerra dos Farrapos, momentos marcantes na história da região e constitutivas da identidade gaúcha. Também acessa um imaginário acerca do Movimento do Sem Terra (MST), que teve início no sul do país. Esta memória discursiva traz consigo um imaginário de luta, sacrifício, produtividade, família e, principalmente, trabalho. Este movimento de significação através da memória pode ser observado no texto, no processo discursivo de referencialidade ao agricultor.

05 de abril, “Chega de briga”

SD 1 - O Brasil se orgulha de ser uma potência na produção de alimentos e tem no campo uma de suas principais fontes de exportação, mas não consegue resolver de maneira transparente as inseguranças jurídicas que envolvem a área rural.

16 de abril, “Código Florestal: um pacto pelo Brasil”

SD 2 - A construção, portanto, de um pacto entre defensores do meio ambiente e homens e mulheres que investem na produção agrícola para viabilizar a aprovação do novo Código Florestal exige muita disposição ao diálogo, postura republicana e paciência.

11 de maio, “Novela cansativa”

SD 3 - Percorrendo a Serra do Rio do Rastro e o Planalto catarinense, nos últimos dias, chamou-me a atenção a força local da produção de maçãs – exportada para muitos países – e o avanço da vitivinicultura de altitude no município de São Joaquim. São atividades que empregam muita gente e desenvolvem social e economicamente a região.

29 de novembro, “Produção consciente em propriedade de Rolante”

SD 5 - é uma propriedade de 70 hectares cortada pelo Rio Rolante que o produtor Valmir Maragno (foto) vive com a mulher e o filho mais novo.

As sequências discursivas apresentadas destacam um movimento de significação que direciona a referencialidade ao agricultor como gerador de riquezas para o país, provedor de uma família e trabalhador. Estas são características constitutivas do imaginário que cerca a

classe e que é acessado no texto. Também são observadas caracterizações psicológicas, sentimentos e individualização dos integrantes do grupo campo.

06 de abril, “Produtores pedem urgência”

SD 6 - Aflitos com a morosidade dos parlamentares, ruralistas de 18 estados e do Distrito Federal – coordenados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – passaram o dia ora sob uma forte chuva, ora debaixo de um sol escaldante, mobilizados pela aprovação das novas regras.

26 de maio, “Código Florestal: Governo arma nova estratégia”

SD 7 - Se na semana passada o tormento de perder quase cem dos 700 hectares que mantém plantados com arroz pairava sobre o futuro do arroteiro Alfredo Martini, o alívio veio com a aprovação do novo Código Florestal, na terça-feira.

27 de maio, “Código Florestal: O marco de um novo ciclo”

SD 8 - Aprovação das regras ambientais na Câmara traz mais tranquilidade aos agropecuaristas gaúchos.

Estas características definem o agricultor como indivíduo, recorrente ao longo da cobertura, com nome e sobrenome, dotado de sentimentos e pertencente a uma classe que produz. Esta palavra, dotada de significação de progresso e crescimento ao alinhar-se na formação discursiva rural, é diretamente ligada ao referencial agricultor através da denominação produtor rural. Amplamente utilizada pelo jornal, esta designação vai abranger, no discurso de *Zero Hora*, a todas as classes de atores ligados ao campo, de pequenos agricultores a grandes agentes do agronegócio.

06 de abril, “Produtores pedem urgência”

SD 9 - A mercê das intempéries do cerrado, cerca de 24 mil produtores rurais tomaram os gramados da esplanada dos ministérios ontem para exigir que os deputados federais votem com urgência o novo código florestal, em discussão desde 2010.

06 de abril, “O ideal e o possível”

SD 10 - A manifestação de 24 mil pequenos, médios e grandes produtores rurais pela aprovação da mudança no Código Florestal foi como se soltassem um tubarão num tanque de água parada.

20 de abril, “Presidente da Câmara marca votação para maio”

SD 11 - Duas semanas após milhares de produtores rurais lotarem a Esplanada do Ministérios para exigir a votação do novo Código Florestal, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT), anunciou que o projeto será encaminhado a plenário nos dias 3 e 4 de maio.

04 de maio, “Mais ajustes: Código Florestal deve ser votado ainda nesta quarta”

SD 12 - O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) alerta que o novo texto esqueceu de garantir aos produtores o cultivo em áreas de várzea ou topo de morro. Nesse grupo estão arroteiros, vitivinicultores e produtores de maçã.

08 de junho, “Código Florestal: Governo deverá prorrogar decreto de reservas legais”

SD 13 - Na avaliação do deputado da base ruralista Ronaldo Caiado (DEM-GO), as alterações feitas pelos senadores criam dificuldades aos produtores rurais, especialmente aos médios, com imposições, custos e burocratização.

Os produtores rurais são, portanto, os principais interessados na questão do Código Florestal. Como demonstrado em SD 09, 10 e 11, este grupo é extenso e mobilizado para defender os seus interesses. A construção deste protagonista como um personagem e como representativo de um grande número da população marca o texto ao longo de toda cobertura. O destaque à quantificação, marca usual em critérios de noticiabilidade, quantifica estes atores e será abordado sob outra perspectiva no decorrer deste capítulo. O produtor rural é, portanto, plural, familiar, massa trabalhadora, pertencente a um setor chave da economia e amplamente mobilizado. O jornal destaca também outra característica do produtor, a consciência de que é preciso preservar e que é preciso conciliar produção e preservação.

24 de novembro, “Reflorestador profissional”

SD 14 - Aos 65 anos de idade e cinco décadas de agricultura, o produtor rural Ivalino Poletto reserva todos os dias um tempo para algo que lhe tira lucro financeiro, mas dá um ganho incalculável: plantar árvores. [...] Se pudesse cultivar as áreas, Poletto estaria colhendo 600 sacas de milho ou 240 de soja. Deixa de obter todos os anos cerca de R\$13 mil, mas ganha um ambiente saudável para os seus netos.

29 de novembro, “Polêmica Verde: À frente do novo código”

SD 15 - Antes mesmo de serem aprovadas, as regras florestais já são adotadas por muitos produtores gaúchos. São histórias como a do arroteiro Valmir Maragno, de Rolante, que mantém, entre outras iniciativas, uma área preservada de 30 metros às margens do rio Rolante – pelo novo texto, esse valor poderia ser reduzido à 15 metros, já que no trecho em questão o rio tem menos de 10 metros de largura.

As sequências discursivas acima citadas exemplificam a construção discursiva de produtor rural. Um trabalhador, pai de família que busca tirar seu sustento da terra preservando a natureza para seus filhos. São indivíduos que representam um grande grupo em sua pluralidade. Dentro desta pluralidade as referências a pequenos agricultores merecem um destaque, pois, por especificidades na legislação a ser votada, este grupo recebeu especial atenção na cobertura.

24 de abril, “A polêmica do campo”

SD 16 - Agricultura familiar quer reserva menor – Parte da agricultura familiar aceita destinar parcela de suas propriedades para reserva legal, desde que menos do que os 20% propostos no novo código para o Centro-Sul e com atividades sustentáveis nesta porção.

11 de maio, “Do campo ao gabinete”

SD 17 - No caso específico do Rio Grande do Sul, o que não se podia permitir é que pequenos agricultores abrissem mão de áreas tradicionais de produção, fonte de renda para a família.

23 de maio, “Compromisso”

SD 18 - Pressionado pelos movimentos sociais, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence (foto), garante que pequenos produtores não serão prejudicados pela demora na votação do Código Florestal.

Este grupo é retratado como sofrido, trabalhador, lutando para sustentar-se e carente de políticas que o apoiem. A legislação a ser votada tem capítulo que trata especificamente destes atores, o que justificaria a sua grande presença nas notícias, mas, como demonstraremos adiante, a opção por destacá-lo no texto, frente à grande pluralidade de atores do campo, não é acidental ou ingênua. Portanto, a construção do imaginário acerca dos atores do campo - processo que não tem início no texto, mas acessa um discurso (ou discursos) em andamento – é uma peça importante no significar deste discurso jornalístico. Este imaginário, assim como dos demais protagonistas, irá determinar a posição sobre quem o discurso fala (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) peça chave na compreensão do processo discursivo.

4.2 REFERENCIALIDADE DE DESMATADOR

Podemos destacar, na cobertura jornalística, outro protagonista da temática, o desmatador - os agricultores que desmataram ilegalmente e que buscam, através da modificação na legislação atual, legalizar as suas ações. Esta denominação possui uma carga semântica que é percebida e interpretada na sociedade moderna como negativa, uma vez que já construiu socialmente o discurso de preservação. Esta denominação, marcada pelo interdiscurso, é associada à ação de retirar a vegetação nativa de forma imprópria e/ou ilegal. E este uso pode ser encontrado no texto jornalístico em questão:

14 de abril, “Novela”

SD 19 - Apenas um ponto se tornou consensual: o fim da anistia aos desmatadores.

23 de maio, “Polêmica no Campo: Cerco a Poalocci enfraquece Planalto no Código Florestal”

SD 20 - [...] não abrimos mão das APPs, assim como não iremos anistiar os desmatadores – afirmou Vacarezza.

25 de maio, “Código Florestal passa na Câmara, mas emenda impõe derrota a Dilma”

SD 21 - [...] Cândido Vacarezza (PT-SP), já antecipava um possível veto de Dilma em caso de nova derrota no Senado: Isso representa anistia ao desmatamento. A presidente não hesitará em usar o seu direito constitucional (de veto) para proteger o meio ambiente.

O uso do termo anistia, que também acessa um interdiscurso próprio, bem como os movimentos de paráfrase entre “anistia aos desmatadores” e “anistia ao desmatamento”, demonstra o efeito de sentido negativo promovido pelo uso da denominação – pelo dicionário o termo é definido como perdão geral a crimes políticos, como memória discursiva invoca a sua referência à ditadura militar. Pode-se, assim, afirmar que este termo acessa a memória discursiva da preservação por oposição: desmatar é o oposto de preservar.

O termo retoma o discurso ambientalista em suas campanhas pela manutenção das florestas e é utilizado de forma pejorativa em relação às pessoas que retiram a vegetação natural de uma área. Dessa maneira, pode-se afirmar que este termo demonstra um enquadramento ao discurso de preservação. O acesso à carga negativa pode ser observado pela impossibilidade de sua substituição na frase “multado por desmatar” por “multado por produzir”, “multado por cultivar” ou “multado por plantar”, não sendo possível acessar ao mesmo significado. A proposição de substituição por estes termos parece absurda, mesmo tratando-se de ações ligadas aos atores do campo, cada ação caracteriza atores distintos e acessa formações discursivas distintas – FD preservar e FD produzir. O uso de uma ou outra designação acessa, portanto, significados distintos.

4.3 MOVIMENTO DE SIGNIFICAÇÃO DE PROTAGONISTAS DO CAMPO

Demonstramos acima a caracterização dos atores do campo e como cada denominação acessa um imaginário ligado a formações discursivas distintas. Detemos-nos agora a observar de que forma estes atores interagem no texto e de que forma o discurso jornalístico fala “sobre” eles. Caracterizar a ação dos atores é caracterizar os atores em si e os juízos de valores tomados acerca destas ações são, também, juízos de valores quanto aos atores.

O discurso jornalístico de Zero Hora foi permeado pela estabilização do referencial de ator do campo como “produtor rural” e, como demonstrado acima, um imaginário acerca deste foi reafirmado no texto. Sabe-se que o referencial empírico de produtor rural e desmatador são coincidentes, não em sua totalidade, mas na questão do Código Florestal as regras dizem respeito à parcela de agricultores que desmatou. Enquanto o ator empírico é o mesmo, a referencialidade para uma denominação ou outra é distinta, emergindo em formações discursivas distintas e acessando interdiscursos distintos. O movimento de significação que buscamos explicitar por meio deste trabalho consiste no jogo de trocas e associações de formações imaginárias entre estes atores no discurso.

O discurso utiliza-se de várias formas de citar a parcela de produtores que estão em inconformidade com a lei atual e suas ações, como demonstrado pelas seguintes sequências discursivas:

04 de maio, “Mais ajustes: Código Florestal deve ser votado ainda nesta quarta”
SD 22 - Os proprietários que comprovarem a manutenção de vegetação nativa na área de reserva legal nos percentuais exigidos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão de vegetação ficam dispensados de promover a recomposição, a compensação ou a regeneração.

13 de maio, “Um Código fundamental ao país”
SD 23 - O impasse reside na punição a quem já derrubou árvore para plantar lavoura e criar gado. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, as pequenas propriedades avanzaram sobre as reservas para transformar em renda cada hectare.

13 de maio, “Código Florestal: Votação pode ficar para junho”
SD 24 - Enquanto o Código Florestal tramita no Senado, a presidente Dilma Rousseff afirmou que deverá prorrogar o decreto 7.029/09, que suspende as punições a produtores rurais que estão irregulares com relação às suas reservas legais. O prazo vence no próximo dia 11 e, caso não seja renovado, prejudicará agricultores, especialmente na tomada de crédito em bancos estatais.

19 de maio, “Código Florestal fica para terça”
SD 25 - O líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves, disse que o acordo prevê a votação do texto de Rebelo e uma emenda de autoria do PMDB, com intervenção ou supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs).

23 de maio, “Polêmica no Campo: Cerco a Poalocci enfraquece Planalto no Código Florestal”
SD 26 - Denúncias ampliam risco de derrota, com eventual veto de Dilma a cultivo em áreas de preservação.

Nas sequências pode-se observar a escolha de substituir o termo desmatar por: avançar sobre as reservas, suprimir a vegetação, estar irregular com a reserva legal, cultivar em área de preservação. A substituição denota movimentos de significação que podem ser explicitados pela restituição do termo desmatar. “Os proprietários que comprovarem a manutenção de vegetação nativa na área de reserva legal nos percentuais exigidos pela legislação em vigor à época em que ocorreu o desmatamento ficam dispensados de promover a recomposição, a compensação ou a regeneração”; “O impasse reside na punição a quem já desmatou para plantar lavoura e criar gado. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, as pequenas propriedades desmataram para transformar em renda cada hectare”; “Enquanto o Código Florestal tramita no Senado, a presidente Dilma Rousseff afirmou que deverá prorrogar o decreto 7.029/09, que suspende as punições a produtores rurais que desmataram”; “O líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves, disse que o acordo prevê a votação do texto de Rebelo e uma emenda de autoria do PMDB, com intervenção ou desmatamento em

áreas de preservação permanente (APPs).”; “Denúncias ampliam risco de derrota, com eventual veto de Dilma ao desmatamento”. A substituição é possível de ser aplicada, porém, acessa um interdiscurso diferente, e enquadra-se em uma formação discursiva distinta, produzindo outros significados.

Destaca-se a SD 25, em que se relacionam termos como derrota ao veto da presidência ao “cultivo”, movimento de significação totalmente oposto ao criado pela associação deste termo em relação ao veto ao “desmatamento”. A paráfrase nesta sequência discursiva denota um jogo entre a ação cultivar, inerente ao agricultor, e a ação desmatar, do desmatador. Salienta-se nesta SD, assim como na SD 23, o destaque dado à razão do desmatar “para transformar em renda cada hectare”.

O uso de referencialidade à desmatadores como agricultores que desmataram, faz sentido, pois define como parcela desta classe não seguiu a lei vigente e desmatou em áreas de preservação. As sequências discursivas seguintes demonstram o movimento de significação existente na substituição desta parcela de agricultores pelo todo da classe.

13 de maio, “Código Florestal: Votação pode ficar para junho”

SD 27 - PMDB ameaça boicotar projetos do Governo que pressionará produtores com fim de prazo. A nova estratégia do Planalto é empurrar a apreciação do Código para Junho, para coagir os produtores rurais com a aproximação do fim do decreto que suspende a cobrança de multas ambientais, válido até o dia 11.

08 de junho, “Código Florestal: Governo deverá prorrogar decreto de reservas legais”

SD 28 - O prazo vence no próximo dia 11 e, caso não seja renovado, prejudicará agricultores, especialmente na tomada de crédito em bancos estatais.

Como exemplificado nas SDs 27 e 28, agricultores que desmataram ilegalmente e os que preservaram são colocados sobre a mesma designação e descritos como um mesmo grupo – os produtores. Os agricultores que não desmataram não temem a aplicação da lei. Porém, o lado para qual pende o significado da designação está bem marcado no texto pelos termos “coagir” e “prejudicará”. Os desmatadores que são somados ao grupo produtores, e não o oposto, os atores coagidos e prejudicados são aqueles que acessam a representação descrita ao início da análise – são os trabalhadores, pais de família, produtores de alimentos e de renda para o país. Salienta-se o grupo e sua representação, não a parte infratora e o imaginário carregado por esta.

O movimento de identificar os atores que estão em falta com a lei com o produtor rural em geral pode ser observado ao longo da cobertura jornalística. Este movimento de

significação é reforçado por argumentações lógicas, que demonstram a convergência dos dois grupos, como explicitada nas sequências discursivas a seguir:

27 de maio, “Código Florestal: O marco de um novo ciclo”

SD 29 - [...] a lei possibilitará a regularização fundiária de quase 90% das 450 mil propriedades rurais do Estado.

08 de junho, “Corrida contra o tempo”

SD 30 - Se não for renovado, milhares de produtores ficarão em situação irregular.

06 de dezembro, “Obstruir, obstruir, obstruir”

SD 31 - Para ganhar tempo. Mas, tempo para que? Para manter indefinidamente 90% dos produtores rurais na ilegalidade e impedir o equilíbrio entre preservação ambiental e produção agrícola, dentro da lei?

16 de janeiro, “Satisfação”

SD 32 - O prazo vence no dia 11 de junho. Cerca de 90% dos pequenos produtores gaúchos não tem a área preservada.

Este deslocamento da representação do produtor rural (aqui somada à construção geral com a de pequeno produtor) sobre o grupo de agricultores que esta irregular acaba por promover um apagamento da representação de desmatador, não invocada nas sequências discursivas que tratam de produtores. Este movimento delimita sobre quem o jornal está falando. Ao fazer este processo significativo, a ação do desmatador também é encoberta pela ação do agricultor, e destaca-se no discurso o cultivar em lugar do desmatar. Uma ação substitui a outra por sua suposição – para cultivar em áreas de preservação, antes se desmata a área – e, apesar de não remeter a uma realidade empírica diferente ou irreal, produz toda uma nova significação, enquadrada na formação discursiva de produzir.

Este movimento de construção do referencial e sobreposição/substituição de um outro que se pretende amenizar pode ser observado nas SDs 33 e 34:

06 de abril, “Produtores pedem urgência”

SD 33 - A mercê das intempéries do Cerrado, cerca de 24 mil produtores rurais tomaram os gramados da Esplanada dos Ministérios ontem para exigir que os deputados federais votem com urgência o novo Código Florestal, em discussão desde 2010. [...] Produtor de arroz em Jaguarão, na zona sul, o ruralista João Alberto Dutra Silveira, 58 anos era um dos 200 integrantes da comitiva gaúcha que defendiam a proposta de Aldo. O arroteiro foi multado em 15 mil reais e obrigado a apresentar um plano de recuperação das áreas de preservação ambiental (APPs) no ano passado por não cumprir todas as exigências da legislação.

A sequência discursiva 33 demonstra de que forma este deslocamento de representação significa no texto. Toda construção acerca de produtor rural é retomada na sequência – trabalhador sofrido, produtor de alimentos, parte de um grupo expressivo e organizado, com nome e sobrenome. Mesmo com o pertencimento ao grupo de agricultores

que desmataram, explícito no texto, a construção imaginária acerca do ator não acessa em momento algum o imaginário acerca de desmatador, mas sim o posiciona como alguém “obrigado” a recuperar as áreas em que produz. Substituir a denominação provoca um redirecionamento do sentido muito claro: “Produtor que desmatou em Jaguarão, na zona sul, o ruralista João Alberto Dutra Silveira, 58 anos era um dos 200 integrantes da comitiva gaúcha que defendiam a proposta de Aldo. O desmatador foi multado em 15 mil reais e obrigado a apresentar um plano de recuperação das áreas de preservação ambiental (APPs) no ano passado por não cumprir todas as exigências da legislação”. A denominação não pode ser substituída sem prejuízo de significado na frase, mesmo que o referencial empírico de ambas as denominações seja o mesmo.

Ao utilizar as denominações que acionam o imaginário acerca de produtor rural o discurso significa de forma diferente, colocando para o leitor uma situação em que julga as ações ligadas ao produtor.

08 de dezembro, “Agora falta pouco”

SD 34 - É o novo marco legal que o campo esperava para poder produzir em paz.

29 de abril, “Por falar nisso”

SD 35 - O produtor precisa de segurança jurídica de uma vez por todas.

A sequência discursiva SD 34 acrescenta ao quadro o aspecto generalizador. É o “campo” que necessita de novas regras para poder “produzir”, como representação de todos os agentes da área rural. A formação imaginária desmatador não faz parte deste sujeito, é uma imagem expurgada. É o que necessita o “produtor”, o “agronegócio”, o “agricultor familiar”, parafraseado na SD 35 e internalizado ao longo dos textos, como demonstrado na SD 36:

04 de maio, “Mais ajustes: Código Florestal deve ser votado ainda nesta quarta”

SD 36 - O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) alerta que o novo texto esqueceu de garantir aos produtores o cultivo em áreas de várzea ou topo de morro. Nesse grupo estão arroseiros, vitivinicultores e produtores de maçã. No país 85 milhões de hectares estão cultivados em áreas de preservação permanente ou reserva legal.

Dessa forma é possível observar qual questão está sobressaindo-se no jogo em disputa entre preservação ambiental e produção rural. O que – e quem – esta sendo julgado não é a ação de desmatar, mas sim a ação de cultivar, que acessa também um imaginário próprio, construído socialmente. Observa-se este deslizamento de significado nas seguintes sequências discursivas:

29 de abril, “Rebelião ambiental”

SD 36 - Entre outras propostas fica consolidado o perdão aos produtores que tenham desmatado antes de 22 de julho de 2008 e é repassado aos Estados a legislação sobre a conservação em margens de rios, em caso de áreas consolidadas.

13 de maio, “A lei no banco dos réus”

SD 36 - Esses agricultores têm de ser multados ou anistiados?

11 de maio, “Código Polêmico: Governo cede, mas votação é adiada”

SD 37 - Planalto decide perdoar plantações e pastos já existentes em APPs.

27 de maio, “Código Florestal: O marco de um novo ciclo”

SD 38 - Cotado para ser relator em duas comissões, o senador Luiz Henrique da Silveira (SC, foto) falou ontem pela primeira vez, em alterar a anistia aos desmatadores. Mais afinado com o planalto, agora Luiz Henrique defende limitar o perdão aos agricultores familiares.

Observa-se que quando a frase demonstra uma resolução positiva utiliza-se o “perdão aos produtores” e não anistia aos desmatadores, pois esta frase acessaria um interdiscurso que não é o dominante. Anistiar os desmatadores (não punir quem desmatou) enquadra-se em uma formação discursiva de preservação (em oposição a perdoar o produtor, que se encaixaria na FD produzir), um discurso internalizado na sociedade e que não pode ser frontalmente contestado. Portanto, não é possível anistiar os desmatadores, mas é possível perdoar os produtores. Assim, usa-se a expressão “perdoar os agricultores” quando a decisão deverá ser adotada, e usa-se a expressão “anistiar os desmatadores” quando a frase nega a ação. Portanto, as escolhas de denominações no texto não são indiferentes para o resultado, o sentido a ser produzido no discurso é diretamente afetado por estas estabilizações da representação. Analisar estes deslizamentos de significado propicia uma compreensão da forma como este discurso jornalístico esta sendo produzido.

4.4 O DISCURSO SOBRE O OUTRO

Percebemos que o jornalismo opera com os contraditórios nas reportagens que envolvem polêmica, como é o caso do Código Florestal. O desenvolvimento da cobertura jornalística composta de informações noticiosas e a busca por explicações, resumos e por oferecer um “panorama” da questão acaba por produzir um efeito de reducionismo e, por vezes, maniqueísmo, do qual é difícil escapar. Manter um fluxo de informações que atenda aos critérios de noticiabilidade e, ao mesmo tempo, fazer com que o leitor compreenda o contexto e linha de acontecimentos promove estes vícios, por assim dizer, da rotina de produção.

Na cobertura das votações referentes ao Código Florestal esta delimitação de lados fica bem clara, especialmente pela presença de atores sociais engajados pela aprovação do novo código ou manutenção do antigo. Muitos interesses estão envolvidos, como interesses econômicos, de cunho social e ideológicos e as formações discursivas que constituem os discursos dos grupos permeiam este jogo. Torna-se importante destacar que neste caso específico, os sentidos foram apresentados aos pares, diferenciando-se exatamente como “contra” e “a favor”. Apesar de afirmar-se, ao longo da cobertura jornalística de *Zero Hora*, que a questão é de interesse público, a delimitação de grupos fica bem marcada no texto e demonstra uma construção discursiva de opostos.

Os principais grupos mencionados no texto como protagonistas sociais envolvidos na questão foram os grupos rural e ambiental. Compreendemos que a delimitação de atores por generalização, como é exposta aqui, é um tanto ampla e engloba vários atores distintos em uma mesma definição, porém, como será demonstrado a seguir, esta é a forma construída no texto jornalístico e, em si, demonstra movimentos de significação. O grupo rural, com suas particularidades e características, teve a sua construção de imaginário apresentada no capítulo anterior, passamos, então, a analisar a construção acerca do grupo ambientalista.

No Brasil, o movimento ambientalista, como em grande parte dos países com industrialização tardia, ganhou força posteriormente aos países “desenvolvidos”. Dessa maneira, sua expressão ganhou força com a ação de grandes ONGs internacionais, como a Green Peace ou a WWF (World Wildlife Fund). Mas, apesar de não ganhar tanto destaque na mídia, movimentos nacionais e, em especial, locais, sempre estiveram atuantes e promoveram diversas ações para promover a preservação ambiental. A memória acerca do movimento ambientalista pode ser acessada de diversas maneiras, de acordo com o acontecimento enunciativo, mas no jornal *Zero Hora* observamos dois movimentos de significação. O jornal possui um caderno que trata da temática ambiental, o caderno *Nosso Mundo Sustentável*. Não iremos entrar em detalhes, uma vez que no objeto da pesquisa não foi diferenciada a sessão de publicação das matérias – que variaram entre as editoriais/cadernos *geral*, *economia*, *artigos*, *Campo e Lavoura* e *Nosso Mundo Sustentável* –, somente a temática abordada por estas, mas cabe destacar a existência deste caderno, índice de uma tendência nacional de dar maior destaque à questão ambiental, em resposta às ‘demandas’ da sociedade. Conceitos como preservar, reutilizar, e reciclar estão sempre presentes no material produzido pelo caderno e várias noções referentes à temática são desenvolvidas e explicadas, como aquecimento global, o ciclo do lixo, funções da preservação das florestas. Estas publicações têm contribuído para levar ao grande público estes conceitos, e construir um imaginário acerca do que é preservar e

sustentabilidade. Este é um movimento de significação observado no texto, que diz respeito à ação de preservar. Outro movimento encontrado é a significação de militância ambiental e o imaginário acerca de quem promove esta ação, o ambientalista.

Como já afirmado, os significados da cobertura aparecem aos pares, “contra” e “a favor”, e identificados aos grupos construídos no texto. Os produtores são apresentados como pró-mudanças, em busca de novas leis sobre a temática, enquanto que os ambientalistas são construídos discursivamente como contrários às mudanças e a qualquer nova lei quanto às limitações na produção. O posicionamento parece óbvio, por proceder com a realidade, mas não é a única construção possível. A mídia tem o poder de internalizar termos pela sua repetição e pelo status de porta voz autorizado da sociedade, assim, expressões como “novo Código Florestal” – que por si acessa o interdiscurso do novo, do moderno – parecem inerentes à questão tratada. Analisar a forma que a exterioridade, através da memória e de interdiscursos é o papel do analista.

A construção do referencial acontece no texto, pela inscrição material da história e suas marcas podem ser encontradas na língua. O ambientalista – termo utilizado para descrever pessoas que participam de militância para a proteção do meio ambiente -, como muitos grupos militantes, são descritos por *Zero Hora* de uma forma peculiar. Como demonstrado pelas sequências discursivas a seguir, o ambientalista é um idealista, uma pessoa que sonha com uma utopia.

06 de abril, “O ideal e o possível”

SD 39 - O novo código florestal será algo entre o que desejam os produtores e sonham os ambientalistas.

02 de maio, “Negociador habilidoso”

SD 40 - [...] não será a legislação sonhada pelos produtores nem a idealizada pelos ambientalistas.

O uso de termos como ‘sonhar’ pode trazer significados diversos de acordo com o acontecimento enunciativo ao qual se relaciona. Dois possíveis significados podem ser observados nas SDs acima expostas. Como indexado pelo título, a SD 39 expõe o posicionamento do ambientalista como o sonhador de um mundo ideal, uma utopia, em oposição ao produtor que deseja algo possível e racional – produzir mais. Apesar do uso da mesma palavra na SD 40, há um deslocamento no significado pela oposição a idealizar, que acessa o mesmo imaginário da SD 39. Mesmo que o produtor sonhe, ele não idealiza, a oposição de termos deixa clara esta significância. Idealizador, o ambientalista é retratado

como distante dos aspectos práticos da questão, como alguém que entende da teoria, mas não tem noção da realidade do campo.

11 de maio, “Do campo ao gabinete”

SD 41 - Isso pode parecer absolutamente factível para quem está dentro de um gabinete e não tira o sustento da terra.

13 de maio, “Um código fundamental ao país”

SD 42 - O que está em jogo no debate do Código Florestal não são novos desmatamentos. A proteção das florestas e o impedimento da abertura de novas áreas estão contemplados, ao contrário do que argumentam ambientalistas desavisados.

O ambientalista é alguém da cidade que não tem conhecimento da vida no campo, alguém que pensa no mundo, no futuro, mas não conhece a vida das pessoas que trabalham no campo. Eles argumentam sem conhecimento de causa, baseados neste ideal de proteção. O que está em jogo, mais uma vez retomado pela SD 42, não é o desmatamento, mas a produção rural. Por oposição ao ambientalista “desavisado”, o agricultor é a pessoa mais habilitada a falar sobre a questão, pois é ele que vive na área rural, que conhece o campo e que “tira o sustento da terra”, ele é a figura autorizada a ponderar sobre o assunto. Esta lógica também pode ser interpretada na cobertura do código, feita por jornalistas ligados à editoria rural, acostumados a cobrir temáticas rurais, pois este é o agente mais apto a lidar com questões agrárias, forma indexadora de como o jornal vê a questão. Novamente, apesar de não nos dedicarmos a analisar quais cadernos em que as matérias são publicadas, ou os campos acessados, esta definição da questão como uma questão rural significa no texto e posiciona, nos interdiscursos, o jornal.

Pelo posicionamento de oposição do ambientalista, vários significados de contrariedade e de protesto emergem no texto. Este movimento está no texto, através de ações, emoções e posicionamentos do ambientalista. Este é um grupo de revolta e reivindicações, descontente com qualquer modificação no antigo código.

08 de novembro, “Embate verde: Novo passo do Código Florestal”

SD 43 - Mesmo com concessões a ambientalistas, segmento mais crítico ao texto aprovado na Câmara, permanecem reivindicações de ativistas por alterações na proposta.

20 de abril, “Ministra anuncia apoio a produtor”

SD 44 - A posição do governo atende a pedidos dos produtores que temiam ter extensões menores para produzir em suas terras por limitações ambientais. [...] Para a contrariedade dos ambientalistas, a ministra confirmou ainda que a recomposição de áreas de reserva legal nas propriedades poderá ser feita com até 50% de espécies vegetais exóticas. A fala da ministra desagradou ambientalistas.

24 de abril, “A nova lei da Floresta”

SD 45 - Fim da reserva legal para propriedades de até quatro módulos – A proposta do substitutivo de Rebelo é uma reivindicação da agricultura familiar, mas os ambientalistas insistem em manter a exigência para qualquer propriedade.[...] Para os ambientalistas, não é negociável a proposta do relatório de reduzir em 50% a área de mata ciliar (de 30 para 15 metros). Alegam que repercutiria na ocupação urbana. [...] O que ainda pedem no RS – Ambientalistas – Rejeição à proposta de redução ao limite de 30 metros para 7,5 metros nas margens de rios de até 5 metros de largura. Impossibilidade de anistia de multas para quem desmatou de forma irregular antes de 2008.

06 de dezembro, “Polêmica Verde: Dia Crucial para o Código Florestal”

SD 46 - Durante a discussão do código, ambientalistas e ruralistas travaram um duelo. Os primeiros reclamam que as mudanças anistiam quem desmatou e incentivam mais destruição. Os produtores buscam alternativa que não coloque suas propriedades na ilegalidade e não comprometa atividades consolidadas, ao longo dos anos, muitas vezes com incentivos governamentais. (afirmação do ruralista por oposição ao ambientalista)

O grupo é duro em suas posições, “mesmo com concessões” feitas, não aceitam as modificações no código. Estão contrariados com as mudanças que beneficiam os produtores rurais e não aceitam as reivindicações da agricultura familiar. Esta construção, se observada em sequências isoladas no texto pode não receber atenção, mas em sua recorrência ao longo da cobertura passa a denotar uma formação imaginária. Segundo a Análise de Discurso é necessário buscar uma recorrência de marcas discursivas, através de sistemas de paráfrase e metáfora, que, destacados, demonstram o retorno a uma mesma forma de significação. Além desta recorrência descritiva do ambientalista – e principalmente por este movimento – o ambientalista é construído pela oposição ao produtor rural. Ambos são definidos por esta relação e pela relação de seus discursos. A SD 46 explicita que em oposição ao ambientalista que ataca com posições fortes, não se satisfaz e que não está aberto a negociações, existe a figura dos produtores rurais que “buscam alternativa”. Como exemplificado, em oposição ao ator contrariado, irreduzível e fechado à negociação, existe o ator ponderado, temeroso, que pede ajuda e está disposto a negociar. A associação de termos e ações aos grupos ocorre ao longo de toda a cobertura, de forma mais ou menos explícita.

24 de abril, “Os embates finais que vão moldar o Código Florestal”

SD 47 - Agricultura familiar pede reserva menor. Verdes rejeitam anistia de multas. Ruralistas defendem adaptações regionais.

SD 48 - Os interesses gaúchos em jogo – Na negociação “vírgula por vírgula” do texto prometida na semana passada em Porto Alegre pela ministra Izabella Teixeira, do meio ambiente, tanto a agricultura empresarial quanto a familiar se movem para conservar ao máximo a parcela destinada à produção nas propriedades.

Os ambientalistas reclamam, insistem, rejeitam, enquanto que os produtores pedem, buscam alternativa, conservam, defendem. O significado não se encontra no símbolo, mas, como demonstrado através das SDs acima citadas, estes termos são utilizados com uma carga negativa e, assim, delimitam a postura dos protagonistas, que sempre poderia ser outra, através de outros signos, acessando outros interdiscursos e enquadrando-se em outras formações discursivas.

A posição “contra” em que se encontra o grupo ambientalista parece não deixar margem para uso de outras terminologias que não sejam negativas, como as exemplificadas acima, uma vez que eles encontram-se “empiricamente” em uma posição de choque, confronto e oposição. A ilusão de significados já prontos, somente trazidos para o texto pelo jornalista, acontece através desta suposição. Porém, ao analisarmos o nosso objeto podemos identificar outra forma de construção possível, observada na cobertura de protestos. A forma como foram relatados os protestos contra o código estão representadas pelas seguintes sequências discursivas.

09 de novembro, “Polêmica verde: Apesar dos embates, novo código avança no Senado”

SD 49 - Um dos estudantes que participaram do protesto foi atingido por arma de choque, ficou paralisado por instantes, e chegou a ser arrastado. [...] Em meio ao debate, um grupo de estudantes tentou invadir o plenário. Alguns conseguiram entrar. Aos gritos de “desliga a motosserra”, exibiam cartões vermelhos.

24 de novembro, “Código Florestal: Novo texto alivia quem desmatou”

SD 50 - Apesar do acordo a votação durou cinco horas e ocorreu sob protestos de ambientalistas. Com nariz de palhaço e segurando cartazes, eles permaneceram do lado de fora do plenário, gritando palavras de ordem.

25 de novembro, “Polêmica Verde: Código terá votação em regime de urgência”

SD 51 - Durante as cinco horas de discussão, ambientalistas que protestavam foram retirados por seguranças. Um dos alvos das ofensas, que o chamavam de “senador motosserra”, Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) foi o único a defender o direito de manifestação.

O grupo é descrito da forma usual na mídia de referir-se a grupos protestantes, pessoas revoltadas que buscam ser ouvidas pela presença em massa em locais públicos de destaque. Palavras de ordem e eventuais tumultos chamam a atenção e rendem “imagens” que tomam às páginas dos jornais, principal motivo para a realização de ações em espaço público. Em nossa análise, o que define a construção discursiva no jornal é, novamente, a construção de um grupo em relação ao seu opositor, os significados que vem em pares na construção discursiva da temática polêmica. A cobertura em relação a protestos possui um enfoque distinto quando a ação é promovida por grupos do âmbito rural, como exemplificado a seguir.

06 de abril, “Agronegócio se mobiliza pelo Código Florestal”

SD 52 - Milhares de produtores tomaram a Esplanada dos Ministérios para pedir urgência na aprovação.

06 de abril, “Efeito”

SD 53 - Produtores rurais acertaram em cheio ao lotar a Esplanada

06 de abril, “Produtores pedem urgência”

SD 54 - Ao som do Hino Nacional interpretado em berrantes, os agricultores deflagraram a manifestação diante do parlamento pouco depois das 9h. [...] Após uma missa campal, parlamentares da bancada ruralista se revezaram no microfone de um palanque improvisado para defender o texto apresentado pelo Relator da proposta, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB – SP). [...] agricultores familiares também estão mobilizados pela aprovação do código.

07 de abril, “O ideal e o possível”

SD 55 - Inconformados com a lentidão do Congresso, que empurra com a barriga desde a legislatura passada a votação do substitutivo apresentado pelo deputado Aldo Rebelo, e com a possibilidade de parlamentares ligados ao governo sacarem da cartola um novo projeto, os produtores foram à luta para pressionar pela aprovação imediata do texto proposto.

Mesmo em momento de protesto, os produtores apresentam-se como ordeiros, organizados, buscando seus direitos. A cobertura é detalhada e não há o uso de termos como gritos ou invasão. Protestar passa a significar como “ir à luta” por estes direitos, em oposição a protestar por um ideal. Observa-se também um movimento de reafirmar as características do grupo, retomar elementos da cultura e, assim, delimitar quem são as pessoas ali protestando. Evoca-se a figura do produtor, como exposto na SD 54, em todas as especificidades já trabalhadas. Em oposição a esta figura bem delimitada existe o ambientalista, figura que não foi diretamente caracterizada. É possível colocar a pergunta ao texto - quem é o ambientalista? – mas não há a necessidade de fazê-lo em relação ao produtor rural, familiar através da construção discursiva.

Este questionamento ao texto traz algumas marcas do discurso, pois a ausência também significa nele. O ambientalista – como são denominados os que se opõe às mudanças no Código Florestal - aparece no texto através de uma “filiação” a um movimento ambientalista. O grupo contrário às mudanças no Código Florestal aparece no texto indexado por entidades, como demonstrado a seguir.

13 de maio, “Protesto no parque da redenção”

SD 56 - O manifesto foi realizado na manhã de ontem, no Parque da Redenção, na Capital, e reuniu cerca de 50 pessoas, a maioria ligada à entidades ambientais.

23 de maio, “Polêmica no Campo: Cerco a Poalocci enfraquece Planalto no Código Florestal”

SD 57 - Contra a alteração na legislação ambiental, integrantes de ONGs fizeram manifestação no monumento às bandeiras, em São Paulo.

08 de novembro, “Embate verde: Novo passo do Código Florestal”

SD 58 - “Este solo poderia ser melhor para plantar se tivesse florestas por perto”
A frase faz parte de uma campanha do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, que reúne 136 ONGs e convocou celebridades na defesa de um Código Florestal mais ambientalistas. [...] A tendência é de que o texto seja aprovado com folga, embora siga a pressão por emendas, com forte participação de organizações ambientalistas que recrutam cada vez mais celebridades.

30 de novembro, “Mais pressão: votação do código é adiada”

SD 59 - Pela manhã manifestantes protestaram contra a votação. Representantes de movimentos sociais, ambientalistas e sindicatos fizeram uma marcha pela Esplanada dos Ministérios.

08 de dezembro, “Polêmica Verde: senadores aprovam o Código Florestal”

SD 60 - Na Esplanada, críticas de ecologistas e estudantes. Do lado de fora do congresso, antes da votação, ecologistas e estudantes estenderam faixas contra a reforma ambiental e acamparam nos gramados da Esplanada. De frente para o Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, integrantes do Greenpeace inflaram um balão no formato de motosserra para protestar contra a reforma ambiental.

Enquanto o grupo rural é indexado como produtor rural, definido por uma classe trabalhadora, com nome e sobrenome, com números expressivos e identificada como gaúcho, o grupo contrário é definido por esta filiação à ONGs ou movimentos sociais. O ambientalista não tem cara, não é povo, ele é uma entidade. Existem outros grupos dentro deste, como as “celebridades” e os “estudantes”, porém, o primeiro é convocado ou recrutado pelas ONGs, e o segundo definir uma classe composta por jovens – urbanos, inexperientes, e arrebanhados pelas ONGs. Ou seja, o ambientalista é descrito no texto como uma pessoa ligada à ONGs, e entidades que lutam pelo ideal ambientalista. A pluralidade de segmentos sociais que se opõe é delimitada dentro desta definição.

A partir deste momento, há o espaço para o surgimento de outro significado – quem são estas ONGs? Quais os seus interesses e estes são os interesses de quem? A caracterização destes atores como integrantes de ONGs e a participação ativa de ONGs internacionais abre espaço para estes questionamentos, observados no texto e exemplificados pelas SDs:

05 de maio, “Novo Capítulo: Código Florestal fica para dia 10”

SD 61 - Em meio aos apelos, os enviados da presidente Dilma Rousseff confessaram aos aliados que o governo está sofrendo pressões internacionais para evitar concessões na área ambiental.

14 de maio, “Crescimento a toda prova”

SD 62 - Quando o governo cede à chantagem política de seus próprios aliados, ávidos por aprovações de emendas, cargos e benesses, ou à pressão de ONGs internacionais não se sabe a serviço de quais interesses, esta sendo tremendamente ingrato com o setor que impulsionou o crescimento econômico dos últimos tempos – razão de sua popularidade ontem e hoje.

25 de maio, “Novo Código Florestal avança”

SD 63 - Claro que isto teria um alto custo político, internamente, junto aos produtores rurais, mas, externamente, o governo poderia ganhar a simpatia de ONGs ambientalistas, alegando que vetou uma lei que seria prejudicial ao meio ambiente.

O destaque das ONGs internacionais entre os protagonistas acessa uma memória de desconfiança quanto ao que vem do exterior, “a serviço” de interesses que podem não ser os nacionais, mascarados por um discurso ambientalista. Esta amplitude na definição dos atores de oposição deixa margem para associar a significação da denominação ambientalista – utilizada durante toda a cobertura para definir posições contrárias – para esta significação dúbia. Portanto, o ambientalista é um ator sem uma cara que apele à identificação e empatia do leitor, sonhando um mundo ideal, interferindo na vida de pessoas concretas que somente buscam o seu sustento e a produção de alimentos e capital para o país.

Esta construção – de ambientalista e produtor rural - permite que haja espaço para este enfoque da questão como uma legislação que trata da produção agrícola, não do desmatamento ou da proteção ambiental. Dentro deste contexto cabe afirmações como as seguintes:

14 de maio, “Crescimento a toda prova”

SD 64 - Ironicamente, os setores do campo que mais contribuem para o crescimento do país – o complexo soja, a carne e o complexo sucroalcooleiro – tem sido mais atacados pelos inimigos do “agronegócio”.

15 de novembro, “Embromação”

SD 65 - Tecnicidades legislativas, interesses políticos inconfessáveis, e até parlamentares de boa fé instrumentalizados por supostos defensores da natureza empurrarão a resolução desta questão para frente sabe-se lá até quando.

Estas sequências discursivas são “permitidas” dentro da construção imaginária dos protagonistas e da própria questão sobre a qual se fala e são amparadas por este discurso como algo que se alinha a uma realidade construída no texto. Destacamos, ainda, na SD 64, o uso das aspas – índice de discurso externo ao texto – em agronegócio, não em inimigos, o que traria toda uma nova significação.

Cabe destacar que em momento algum foi questionada a causa ambiental, movimento de significação que não tem mais espaço em nossa sociedade. Ao longo de toda a cobertura foi afirmada a importância da preservação ambiental, tanto para a população geral quanto para a própria produção agrícola. Através de infográficos e tópicos explanativos da questão, estes conceitos foram reafirmados como essenciais – momento de atravessamento do discurso de preservação. Afirma-se, portanto, a necessidade de produção agrícola com sustentabilidade e preservação, mas questionam-se os limites impostos à produção por esta. Afirma-se ser possível preservar sem interferir na produção – através das alterações propostas – mas que

não é possível continuar produzindo com as regras atuais. Assim, existem no texto dois movimentos de significação paralelos, um que reafirma os conceitos de preservação e outro que deslegitima os atores ‘ambientalistas’ e a causa ambientalista neste caso específico que se refere ao Código Florestal. Este movimento, acrescido do deslocamento da questão de “preservar” para “produzir”, define a significação do discurso.

A partir dos apontamentos expostos neste capítulo viemos demonstrar de que forma, através de opostos, os grupos são definidos e como a construção discursiva dos referenciais produz uma significação - específica para este acontecimento enunciativo no jornal *Zero Hora* - para as denominações utilizadas. Podemos definir, então, o grupo produtor rural como os reais protagonistas da questão.

4.5 PROTAGONISMO RURAL

O movimento de significação que caracterizou os atores e a questão do Código Florestal promoveu um deslocamento do enfoque e, dessa forma, do ponto de vista pelo qual se observa a questão. O Código Florestal não é uma legislação que trata da preservação ambiental, mas sim dos limites impostos à produção rural. A leitura poderia ser feita através de ambas as significações, mas a predominância de uma denota um movimento cultural de construção do significado no discurso.

Podemos, através do desenvolver deste trabalho, demonstrar a construção discursiva do referencial destes grupos envolvidos no evento jornalístico e, através das marcas discursivas, expor a posição de protagonista do grupo rural. Demonstramos, agora, os efeitos sobre o discurso deste protagonismo e de que forma ele alinha o discurso jornalístico de *Zero Hora* à formação discursiva ‘produzir’.

09 de dezembro, “Novo Código: O Estado deverá ter pouco impacto”
SD 66 - País terá que recuperar até 35 milhões de hectares.

SD 67 - Apesar da possibilidade de ainda ser alterado, o texto do Código Florestal aprovado essa semana no Senado deve causar um impacto pequeno no Rio Grande do Sul, concluem entidades ligadas à produtores e de proteção ao ambiente.

SD 68 - Mesmo que em escala reduzida, devem ser afetadas lavouras de arroz, soja, milho e pastagens destinadas à pecuária leiteira.

Após a aprovação das alterações no código produziu-se a matéria acima citada sobre os ‘impactos’ da nova legislação no Estado. Este termo pede um complemento, impacto sobre

o que? quem? e possui uma significância relativa à afetar negativamente. Tratando-se do Código Florestal existe a possibilidade deste referir-se aos efeitos sobre o campo ou sobre o meio ambiente. A questão é resolvida na SD 68, ao afirmar que “devem ser afetadas lavouras de arroz, soja, milho e pastagens destinadas à pecuária leiteira”, portanto o impacto atingirá o campo. Se esta sequência discursiva já basta como marca de formação, ao analisarmos o título, frase que orienta a leitura, nos deparamos com uma construção discursiva já presente ao longo da cobertura, mas não tão clara quanto nesta sequência discursiva. O título define que o impacto, à que se refere o texto, trata-se de impacto sobre o Estado – Rio Grande do Sul – havendo um movimento de paráfrase entre “O Estado deverá ter pouco impacto” e “devem ser afetadas lavouras de arroz, soja, milho e pastagens destinadas à pecuária leiteira”. Assim, o ‘campo’ é o ‘Rio Grande do Sul’, este setor da economia é construído no texto como o representativo do estado e o produtor rural como representativo do povo gaúcho.

Definimos ‘sobre o que/quem’ o discurso fala, sobre atores do campo que protagonizam a questão em pauta. E esta significação remete diretamente à formação do próprio sujeito, expondo marcas quanto à forma-sujeito assumida pelo jornal. Colocar a questão como sendo uma questão de produção rural, desta forma silenciando a posição proteção ambiental, delimita o embate entre as duas formações discursivas no discurso, denotando qual destas é dominante.

A posição à partir da qual o jornal fala pode ser, mais uma vez, depreendida dos títulos de suas matérias. Este elemento jornalístico dirige a leitura e a interpretação do leitor quanto ao conteúdo que segue, sendo um indicador da intenção interpretativa do autor. Os títulos que de alguma forma fazem referência às denominações e aos protagonistas foram selecionados e podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2: Tabela de títulos

Data	Pg.	Tipo	Editoria	Assinatura	Título
06/abr	Capa				Agronegócio se mobiliza pelo Código Florestal
06/abr	15	Matéria	Campo e Lavoura		Produtores pedem urgência
08/abr	27	Matéria	Campo e Lavoura		Pequenos agricultores marcham por mudanças
20/abr	Capa				Ministra promete para o campo incentivos ao adotar Código Florestal

20/abr	18	Matéria	Economia	Caio Cigana	Ministra anuncia apoio a produtor
26/abr	20	Matéria	Campo e Lavoura		Código Florestal: Cientistas pedem para adiar votação
05/mai	49	Matéria	Campo e Lavoura		Adiamento frustra os produtores gaúchos
20/mai	38	Matéria	Geral		Descaso na Amazônia: Nove municípios na lista de desmatadores
25/mai	14	Matéria	Campo e Lavoura	Flavio Ilha	Ruralistas e Agricultores gaúchos estão satisfeitos
04/Nov	3	Entrevista	Campo e Lavoura	Gisele Loeblein	"Sou fazendeiro e eu pago a conta do atual código"
10/Nov	18	Matéria	Política		Código Florestal: Ruralistas ganham disputa
22/Nov	22	Matéria	Campo e Lavoura	Maíra Gatto	Código polêmico: relator muda regras e irrita bancada ruralista
23/Nov	14	Matéria	economia	Daniela Castro	Código polêmico: ruralistas ameaçam boicotar votações
24/Nov	20	Matéria	Campo e Lavoura	Daniela Castro	Código Florestal: Novo texto alivia quem desmatou
24/Nov	20	Matéria	Campo e Lavoura	Daniela Castro	Reflorestador profissional
02/dez	1	Matéria	Campo e Lavoura	Gisele Loeblein e Marielise Ferreira	Polêmica Verde: Eles não esperam pelo código

O protagonismo do ator rural pode ser depreendido de sua posição como promotor ou objeto das ações expressas nos títulos. Aos outros atores sociais é relegada uma posição secundária. Delimitar a questão como rural e os produtores rurais como os protagonistas marca discursivamente a cobertura. A formação discursiva 'produzir' orienta a significação neste discurso, marcando a construção destes atores.

4.6 O DISCURSO JORNALÍSTICO DE ZERO HORA

Como afirma Pêcheux, os sentidos das palavras podem mudar conforme a situação em que são usadas e conforme o lugar social ocupado pelo sujeito que fala. É necessário, portanto, analisar estes elementos que são constituintes das condições de produção do discurso. De que posição fala o sujeito? Para quem ele fala? Sobre o que/quem ele fala?

O jornal, como enunciador de um discurso, fala de uma posição socialmente estabelecida de relator da realidade. É através de sua leitura que as pessoas buscam informar-se quanto ao mundo além de seu alcance imediato e quanto às questões que concernem aos

seus interesses. Um pacto internalizado entre as partes pressupõe que o que é relatado corresponde à realidade e cabe ao lado produtor manter a sua credibilidade frente à este pacto. O jornal é, portanto, um espaço de legitimação de discursos e o enunciador assume esta posição de autoridade. Esta, porém, não é a única posição assumida pelo enunciador, pois a forma como o discurso é construído o define como sujeito.

As várias formações discursivas que permeiam e disputam espaço no discurso moldam a forma como o sujeito enuncia e ao analisar de que maneira o sujeito alinhar-se a estas formações discursivas é possível identificar a posição-sujeito que predomina no discurso. Ao longo deste trabalho buscamos analisar as marcas do discurso e buscamos expor a construção dos significados no texto. Como exemplificado através das sequências discursivas analisadas no capítulo anterior, o jornal constrói um discurso sobre o Código Florestal e os atores envolvidos no ‘evento político’ da votação de forma particular. A questão, como abordada pelo jornal, trata da produção agrícola e dos limites impostos a esta pelas leis de preservação ambiental. Assim, através da análise das denominações, pudemos observar a predominância da formação discursiva ‘produzir’ sobre a formação discursiva ‘preservar’ em um processo significativo naturalizado dentro do texto e apagado pela aparência de objetividade inerente à prática jornalística. Este processo que apaga o a inscrição do histórico e cria a ilusão de transparência é ideológico, cabendo ao analista identificar as suas marcas e retornar ao texto a opacidade que lhe cabe.

Com a ‘desnaturalização’ dos sentidos é possível identificar a formação ideológica que norteia a construção do discurso, observando de que forma o sujeito posiciona-se ao enunciar. Como já exposto, as condições de produção são definidoras da construção discursiva, mas estas não devem ser buscadas no exterior do texto e sim nas marcas presente no discurso. A partir da análise das formações discursivas dominantes e apagadas podemos identificar a posição da qual o jornal enuncia. Zero Hora posiciona-se como um jornal que busca atingir à população gaúcha, apesar de tratar de temáticas nacionais busca a visão do ‘gaúcho’ sobre a temática, tentando contemplar os interesses desta população. Esta prática subentende que haja um leitor imaginado ao qual o jornal se direciona – o povo gaúcho. Pela forma como o discurso foi construído, com predomínio da formação discursiva ‘produzir’, pode-se inferir certas características deste leitor imaginado pelo jornal.

O processo comunicativo é conduzido por movimentos de ‘antecipação’ (ORLANDI, 2005) através dos quais o enunciador – possuindo uma formação imaginária acerca do receptor à quem se dirige – prevê a forma como o seu interlocutor irá interpretar a sua mensagem. Estes movimentos de antecipação delimitam a forma com que o enunciador dirige

a sua mensagem e, em seu processo discursivo, a forma como se constitui em sujeito. Ao imaginar o seu leitor como o povo gaúcho e ao imaginá-lo como um povo ligado – economicamente e culturalmente – às práticas produtivas do campo, o jornal antecipa a aceitação/rejeição ao seu discurso e, neste processo o adapta a este público imaginado. Assim, através de seu discurso, o jornal constitui-se em sujeito posicionado em relação positiva à formação discursiva ‘produzir’. É desta posição que o jornal enuncia, delimitando ‘para quem fala’, ‘sobre o que/quem fala’ e ‘quem é para falar assim’.

Este processo discursivo que não tem início no texto ou no autor, mas que se conecta a uma linha discursiva histórica e socialmente construída, define a formação do significado. Este processo não é consciente ou intencional, mas demonstra como o enunciador, cego pelos dois esquecimentos discursivos (PÊCHEUX, 1975)²⁸ insere-se no processo histórico-ideológico e significa através deste. Os significados trazidos ao texto são reflexo de uma visão de mundo socialmente aceita e internalizada através da sua repetição/construção nas páginas do jornal, ou seja, o discurso que vê a questão como de ‘produção’ não teve início na cobertura jornalística de Zero Hora, mas enquadra-se em um processo discursivo em andamento.

Estas formações discursivas destacadas no trabalho foram observadas como as principais a moldar o discurso do jornal, mas certamente não são as únicas. O discurso é construído pela relação de diversas formações discursivas em sua predominância, subjugação ou ausência. Observamos a FD produzir como dominante, em oposição à FD preservar, mas a sua constituição dá-se necessariamente uma em relação à outra, assim como no apagamento de outras possíveis. O sentido ‘desmatar’ apagado pelo sentido ‘produzir’ demonstra a forma como estes significados em disputa se relacionam no discurso, mas não são os únicos possíveis. Muitos outros atores e discursos fizeram parte da cobertura do evento, como a comunidade científica, os estudantes, e – mesmo que não citada – a sociedade civil desvinculada de grupos socialmente marcados. Estes atores que participaram da questão e seus discursos foram relegados à segundo plano na disputa por construir os significados. Mesmo atravessando, por vezes, o discurso jornalístico de *Zero Hora*, estas formações discursivas foram, no plano geral, apagadas pelo movimento de construção de opostos no jornal. Pela forma como a questão do Código Florestal foi construída, com significados em pares “contra” e “a favor”, os discursos de grupos distintos foram encobertos pela construção imaginária ‘ambientalista’, que englobou todo ator contrário às modificações na legislação

²⁸ PÊCHEUX apud ORLANDI, 2005, p.34. Fonte original: PÊCHEUX, M. Les Vérités de La Palice. Paris: Maspero, 1975.

ambiental. Dessa forma, a ausência destes discursos significa através da afirmação do protagonista rural – composto por diversos atores bem caracterizados e reais, facilmente identificados como povo e merecedores de empatia – em oposição ao ator ambientalista – plural ao ponto de não possuir um rosto, identificado com entidades em distanciamento da população.

Portanto, podemos afirmar que o jornal Zero Hora contribuiu para a consolidação da questão como um tema de cunho rural, que concerne às populações rurais e diz respeito à produção agrícola. A naturalização destes significados acontece pela construção gradativa dos mesmos nas páginas dos jornais e socialmente. Observar o acontecimento destes significados no discurso jornalístico demonstra o posicionamento do jornal frente à questão e propõe o questionamento frente à forma como a população apreende estes significados. O discurso jornalístico funciona construindo modelos de compreensão da realidade, criando trajetória de pensamento e agendando a população para quais temáticas são relevantes. Assim, o seu processo discursivo de significação naturaliza certos significados em detrimento de outros possíveis, institucionalizando certos discursos e apagando outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do presente trabalho é possível observar o texto jornalístico de *Zero Hora* em sua opacidade. Sabendo que os significados são construídos ao alinhar-se a diferentes formações discursivas, pudemos desmembrar este processo e demonstrar de que forma os protagonistas do Código Florestal foram representados e como, a partir deste movimento, o sujeito discursivo posiciona-se.

Analisamos o material jornalístico produzido sobre o Código Florestal ao longo do intervalo de seis meses – um anterior e um posterior ao mês de votação da legislação na Câmara dos Deputados e no Senado – totalizando 45 edições com matérias referentes à temática. Este trabalho não se trata de uma análise quantitativa, portanto, foi selecionado para o corpus o material relevante à pesquisa. Pudemos observar as várias formas de referir-se aos grupos envolvidos na questão e mapeamos as denominações utilizadas pelo jornal para, então, aplicar a análise ao discurso jornalístico de Zero Hora.

Na análise das designações utilizadas no texto puderam-se identificar três processos significativos: um processo de construção simbólica dos atores do campo como produtores, personificados nas características gerais do pequeno produtor e tomados do status de povo/povo gaúcho; um movimento de apagamento da posição desmatador em substituição ao imaginário construído acerca de produtor; o posicionamento do ambientalista em discurso sobre o outro. Este processo significativo demonstra de que forma o discurso estrutura-se na relação de soma, negação ou anulação entre as formações discursivas presentes. É através da oposição ao imaginário de ‘ambientalista’ que o ‘produtor’ é construído discursivamente, e é apagando o imaginário acerca do ‘desmatador’, em sobreposição ao ‘produtor’, que as ações ligadas ao primeiro – desmatar – dão lugar à ação de produzir. Assim constrói-se o discurso sobre o Código Florestal como uma legislação que trata dos limites da produção agrícola.

Não existe a mentira no texto jornalístico, os fatos correspondem à realidade, mas existe uma construção ideológica acerca destes fatos, que direciona a visão e memória sobre o mesmo. Dessa maneira, o movimento de significação de *Zero Hora* possibilita o estabelecimento da questão como sendo de enfoque rural, de produção. Esta construção desloca a significação de qualquer ação direcionada ao campo como proteção da produção agrícola, em oposição a uma possível posição de proteção ao meio ambiente.

A formação da opinião pública e a construção da memória social são processos históricos que acontecem através da construção de discursos, a reafirmação contínua e, assim,

a sua institucionalização. O jornalismo é um dos promotores deste processo, dada a constante presença na vida social e o status de espaço autorizado, comprometido com a verdade. O jornalismo intervém neste processo através da produção e/ou reprodução da imagem acerca dos atores e da questão em si e, materializa a significação acerca dos mesmos. Agronegócio, Agricultor, Agricultura familiar, cada termo deslocadamente aciona um imaginário diferente, mas construídos discursivamente podem ter uma representação única que, por movimentos de paráfrase e metáfora passam a naturalizar-se ao ponto de não mais ser invocado o imaginário individual, mas somente o representativo escolhido para o grupo: produtor rural. O discurso é esta linha de significação conjunta que se constitui pela relação de dominância de uma formação discursiva sobre as outras, processo apagado ao longo de sua constituição e, por este motivo, essencial de ser analisado.

As interações sociais, constrangimentos profissionais e a disputa de interesses diversos interferem na construção da notícia, mesmo que a busca por isenção e objetividade seja a bandeira do jornalismo. Não existe um texto imparcial, ou sem marcas de discursos representativos de setores da sociedade. Não somos ingênuos ao ponto de exigir uma prática inalcançável, mas espera-se que a mídia, instituição essencial para a promoção da cidadania e democracia, trabalhe de forma clara e em prol dos interesses sociais. Questionar se os ideais e discursos que dominam a produção jornalística vão ao encontro destes interesses gerais, ou se satisfazem interesses de classes específicas é fundamental para uma leitura crítica do jornalismo. A compreensão da notícia e do discurso jornalístico como construção da realidade é necessária para que o público possa produzir uma leitura independente e consciente das condições de sua produção.

É de fundamental importância realizar-se uma leitura crítica do jornalismo, e cabe ao analista, partindo do referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso, trazer à luz este movimento de construção do significado apagado ao longo do processo discursivo. Somente ao realizar uma leitura atenta a estes conceitos, deslinearizando as marcas do discurso e observando o conjunto de textos como uma unidade que é possível compreender este processo de significação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira. A. Jornalismo cidadão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 25-40, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2185/1324>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre a ética e a imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRANDÃO, Helena. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 5ª edição, 1996.
- CHRISTIANS, C.; FERRE, J. P.; FALCKLER P. M. **Good News, Social Ethics and the Press**. New York: Oxford, 1993.
- DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: Girardi, I. M. T. & SCHWAAB, R. T. (orgs), **Jornalismo Ambiental – Desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.
- FERREIRA, Maria C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, n.27, p.39-46, julho/dezembro. 2003. Disponível em: http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_3.pdf. Acesso em: 20 de abril 2012.
- GIRARDI, I. M. T.; MASSIERER, C.; SCHWAAB, R. T. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. **UNIrevista**, v. 1, n. 3, Jul. 2006. Disponível em: http://www.alaic.net/ponencias/UNIrev_Girardi.pdf. Acesso em: 10 de abril 2012.
- HANAUER, Jeane M. Sexo seguro/voto seguro: a questão do sentido. In: Indursky, F. & Ferreira, M. C. L. (orgs), **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 138-147.
- IMBERT, Gérard; BENEYTO, José V. **El País, o la referencia dominante**. Barcelona: Mitre, 1986.
- KOVACH, Bill; ROSENTIL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Tradução de Wladir Dupont. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MACHADO, Marcia B. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, p. 1-11 janeiro/julho 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26572/000547648.pdf?sequence=1>. Acessado em 19 de maio de 2012.
- MACHADO, Marcia B.; JACKS, Nilda. **O Discurso jornalístico**. Brasília: Compós, 2001. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf. Acesso em 15 de maio 2012.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MOLOTOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **News as Purposive Behavior: on the strategic use of routine events, accidents and scandal.** Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2094279?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=56017184893>. Acesso em: 10 de abril 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 6ª edição, 2005.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Aberto**, ano 14, n. 61, janeiro/março 1994. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>. Acesso em: 2 de abril 2012.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso e Textualidade.** Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a Análise de Discurso.** Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, jun. 2005. Disponível em: <http://www.cpelin.org/estudosdalinguagem/n1jun2005/artigos/orlandi.pdf>. Acesso em: 26 de abril 2012.

SCHWAAB, Reges. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, Brasil, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3756/5090>. Acessado em 19 mai. 2012.

SILVEIRA, Miguel Â. Comunicação Rural e sustentabilidade agrícola. In: A. de F. M., DENKER, et al. (Orgs). **Comunicação e Meio Ambiente.** São Bernardo do Campo: Intercom, p. 139-143, 1996.

SOUSA, Jorge P. Explicações para as notícias serem aquilo que são. **Estudos de Jornalismo & Relações Públicas.** São Bernardo do Campo, SP. v.1, n.2, p. 9-21. dez. 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: Martins Fontes, p. 159 – 251, 1995.

ZOPPI-FONTANA, M. É o nome que faz a fronteira. In: Indursky, F. & Ferreira, M. C. L. (orgs), **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 202-215.